



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - TEMA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 20-08-19

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Exposição em língua estrangeira

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Bom dia a todas e a todos.

Vamos iniciar a audiência pública com a presença da Vereadora Soninha Francine.

Regularmente convocada, declaro aberta a 7ª audiência pública da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios On-Line.

O tema desta reunião trata das Políticas Municipais para a População em Situação de Rua, dentro do rol de atividades que marcam o mês nacional de luta da população em situação de rua.

Para compor a Mesa, convido o Sr. Robson Mendonça, do Movimento Estadual da População em Situação de Rua; o Sr. Anderson Lopes Miranda, do Movimento Nacional da População de Rua; a Sra. Elisa Gomes Cerqueira, do Clube de Mães do Brasil, representante do Comitê Pop Rua; a Sra. Giulia Patitucci, Coordenadora de Políticas da População em Situação de Rua, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; o Sr. Tomaz Andretta, Assistente de Gabinete, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; o Dr. Wil Carlos Luiz, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; a Vereadora Soninha Francine; a Deputada Beth Sahão. (Palmas)

Quando o Sr. Robson chegar, virá compor a Mesa, assim como também estamos esperando a Sra. Eliana de Santana, representante do Comitê Pop Rua, e os Vereadores que ficaram de vir para esta audiência pública.

Sou Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Câmara Municipal de São Paulo, o Presidente é o Vereador Eduardo Suplicy, que está na Índia, pois foi convidado para uma discussão. Nós vamos exibir um vídeo onde ele nos fará uma saudação.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – As pessoas que quiserem se pronunciar na audiência pública devem fazer suas inscrições.

No começo, antes das inscrições, falarão duas pessoas da Mesa, em seguida

abriremos para vocês inscritos, depois mais duas pessoas da Mesa e no restante do tempo somente para vocês.

O primeiro pronunciamento será da Deputada Beth Sahão, porque ela tem em seguida um compromisso na Assembleia Legislativa.

A SRA. BETH SAHÃO - Bom dia a todas e todos. Saúdo primeiramente o Toninho que preside esta audiência pública, saúdo a Vereadora Soninha, fiquei satisfeita em poder participar. Através do Anderson, saúdo as lideranças dos movimentos, os moradores e as moradoras, todos os que trabalham com esse segmento da população. Vou saudá-los até pela disposição em fazer todos os enfrentamentos que, nos últimos anos, temos de fazer.

Eu estava aqui pensando, porque ontem tivemos um ato no Largo São Francisco, para falar sobre a questão do hoje Ministro da Justiça, o ex-juiz Moro. Tenho pensado o seguinte: na verdade, com todas as sandices que vêm acontecendo neste Governo do Presidente Bolsonaro, tudo o que a destruição da institucionalização, em tudo aquilo que o Estado vem sendo desidratado, corroído por todas as medidas que ele tem adotado.

Ocorre que uma coisa ele tem conseguido: unificar um pouco os movimentos de vanguarda, os movimentos sociais, as pessoas que têm um pensamento mais avançado, mais progressista, os movimentos de juristas, de direitos humanos, as entidades não governamentais, as organizações que lidam com todos aqueles que precisam do papel e do braço do Estado para terem uma implementação das políticas públicas e das sociais, capazes de melhorar a vida das pessoas.

Eu não vou poder ficar muito, porque estamos com a CPI da Furp - Fundação para o Remédio Popular, na Assembleia. O Secretário Estadual de Saúde esteve na Assembleia Legislativa, na semana passada, eu o questionei sobre o destino da Furp, que coloca a medicação mais barata na rede pública de saúde, porque ela fabrica esses medicamentos e eles vão privatizar a empresa. Estamos numa batalha grande e eu não posso me ausentar da CPI.

Na semana retrasada, nós fizemos um evento na Assembleia. Pela primeira vez, a

Assembleia brigou pela população em situação de rua, quando fizemos uma audiência pública. Aqui estou vendo que vocês têm um projeto de lei que cria uma política municipal. Lá nós temos uma lei aprovada que cria política estadual para os moradores em situação de rua.

Isso foi feito há alguns anos e nós, inclusive, conversamos e debatemos sobre esses pontos na nossa audiência, mas infelizmente ela foi votada na legislatura passada, mas o Governador Alckmin vetou vários artigos dessa lei, o que acabou desfigurando um pouco o seu objetivo central.

Nós voltamos para a Assembleia, estamos pessoalmente acompanhando o desenrolar dos artigos, eles têm de voltar para as comissões para depois podermos derrubar o veto.

Trabalhar numa Assembleia hoje que tem um perfil muito diferente, conservador, com parlamentares truculentos, não é a mesma Assembleia que eu estava acostumada, nos meus mandatos anteriores, enquanto parlamentar. O perfil da Assembleia mudou bastante o que nos dá um trabalho maior. Por isso mesmo são importantes essas mobilizações, os nossos debates, as nossas audiências públicas.

Para dar uma ideia, como resultado da audiência que fizemos na Assembleia, nós elaboramos um projeto de lei, porque foi uma demanda apresentada por todos que estavam lá, a respeito do Restaurante Bom Prato, porque ele atende só no almoço. Nós protocolamos um projeto, que foi apresentado por nós numa reunião da OAB, na semana passada, estendendo esse horário para o jantar e finais de semana.

As pessoas não comem uma vez só por dia, elas teriam de comer, na verdade, cinco vezes; no mínimo, de duas a três vezes ao dia. O Estado precisa oferecer. É uma comida que me parece ser bastante aceita, boa e com preços acessíveis. Portanto, é um projeto que precisa ser estendido.

Nós temos 57 restaurantes populares no Estado de São Paulo, mas é muito pouco pelo tamanho do nosso estado e pela necessidade da nossa gente.

São projetos como esse que surgem exatamente desses debates que a gente

realiza nessas audiências, por isso que elas são e precisam ser cada vez mais proveitosas, cujo resultado retorne em benefício para o conjunto daqueles segmentos que nós estamos debatendo.

Sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, na Assembleia. Há políticas municipais e outras que são do Estado, mas há momentos em que elas caminham juntas. Neste momento, na luta pela melhoria das condições que são oferecidas pelo Estado para a população em situação de rua, acho que elas confluem e podem muito bem caminhar juntas.

Nesse sentido, vim aqui externar a nossa vontade, nosso desejo de caminhar juntos, mais do que isso, a nossa disponibilidade em colocar a Comissão de Direitos Humanos, a qual eu presido, obviamente, não são todos os membros, porque ali há membros que lutam contra os direitos humanos, mas a gente está junto nisso para poder vencer esses obstáculos.

Tenho certeza que daqui sairão resultados importantes.

Desejo bom debate a todos, parabênzo os organizadores, a Comissão de Direitos Humanos aqui da Câmara Municipal, a todas as lideranças dos movimentos.

Contem sempre conosco, com o nosso mandato, na Assembleia Legislativa.

Bom dia a todos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Obrigado, Deputada Beth. Acho que já passaram por essa discussão na Assembleia, que vem colaborar bastante com a discussão da política municipal.

Vamos ouvir a Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Bom dia. Acho que a gente tem aqui o desafio diário permanente de lidar com a teoria e a prática, construir a melhor teoria possível. Hoje, nós temos em debate o projeto de lei da política para população em situação de rua, que é um texto muito rico, muito abrangente, construído de forma interessante. É assinado por Vereadores, porque esse é o processo, mas foi construído com uma participação muito rica no Comitê da População em Situação de Rua.

A gente precisa tentar prever na lei tudo o que for possível em termos de direito à moradia, direito à saúde, com tudo o que isso inclui, ou seja, o atendimento à doença, mas a promoção da saúde também. A gente está falando até da oferta de água. Não só do médico, do consultório, do remédio, tudo isso precisa, mas do direito de viver com saúde.

Precisa pensar no direito ao trabalho, a exercer uma atividade, uma habilidade, prestar um serviço como um empregado, um empreendedor, como autônomo. Precisamos pensar em como criar essas possibilidades e como criar, também, obrigações para a sociedade de um modo geral, porque a lei também faz isso. A lei impõe obrigações ao Poder Público, mas também trata do papel do setor privado, da sociedade de um modo geral. Fala de saúde da mulher, de atendimento odontológico.

A gente tem hoje as unidades móveis geridas pela Bom Parto que fazem um trabalho muito, mas a gente precisaria ter, pelo menos, o dobro.

Do acesso à cultura, ontem não sei quais de vocês estavam na premiação do Prêmio 19 de Agosto. O primeiro, aquele que foi reconhecido como primeiro lugar do prêmio, é um trabalho de palhaço, de música, percussão. Como isso é necessário, é uma das coisas que nos distinguem dos outros seres vivos. A gente precisa, a gente vive, a gente faz cultura.

Do acesso ao esporte, também, como uma atividade, um direito, um exercício de cidadania, de convivência, de saúde, de prazer. O direito à locomoção, porque não adianta a gente oferecer serviços aos quais não se consiga chegar. Ou a gente oferece o acolhimento à noite, para não passar a noite no frio, mas de manhã se acorda num centro de acolhida há muitos quilômetros de distância do lugar onde você normalmente fica e não tem como voltar.

Enfim, como que a gente tenta prever, da maneira mais abrangente possível, todos esses direitos em lei; como que a gente constrói o detalhamento disso depois no decreto. O decreto regulamentador é uma prerrogativa do Prefeito, mas a gente pode também influenciar o decreto. Depois, as portarias, como é que cada secretaria estabelece os seus deveres internos, o que fazer e o que não fazer.

Aí a gente tem de transformar essa teoria em prática.

Então precisa pensar no orçamento para isso. Como é que garantimos recurso suficiente e para colocar o recurso em algum lugar precisa tirar de outro. Falando do total do orçamento mesmo, a Cidade tem 60 bilhões de orçamento e uma fração grande disso vai para a Educação como tem de ser, está na Constituição e na Lei Orgânica. Uma fração grande disso é para a Saúde. Uma fração grande é para precatórios, para pagar dívida com a União, para folha de pagamento, encargos, Previdência. E aí tem a fração que podemos mexer. E para onde tiramos? É difícil. Também quero mais recurso para o meio ambiente, para Habitação.

Defendo aqui que um lugar de onde dá para tirar recursos é nosso aqui, do Poder Legislativo. Temos um orçamento folgado. Tão folgado que na própria lei de diretrizes orçamentárias tem um artigo que diz mais ou menos assim: aquilo que sobrar do orçamento do Legislativo obrigatoriamente vai para a Educação, vai para as subprefeituras. Não lembro como ficou o texto que aprovamos este ano. Quer dizer, numa Cidade em que todos ficam desesperados por mais recurso, nós temos uma dotação da função legislativa que diz: se sobrar devolvemos para a Educação. Esse “se sobrar” indica que normalmente trabalhamos com uma margem muito folgada.

Já tentamos aqui em algumas ocasiões direcionar recursos da administração geral do Tribunal de Contas, por exemplo, que é um órgão de auxílio da Câmara Municipal para serviços de atendimento às mulheres. Tiramos 10 milhões do orçamento do Tribunal que sobriam no final para trazer antecipadamente. A bancada feminina se uniu e apresentou isso como emenda parlamentar, mas vou dizer uma coisa, eu quis ser Vereadora porque queria estar deste lado e ter mais poder de influenciar. Sempre estive em audiência pública, manifestação, abaixo-assinado, fazendo matéria, reportagem na televisão, mas olhava para os políticos e falava: são eles que decidem. Quero fazer parte disso.

E quando estamos aqui vemos que sem esse movimento respaldando o que defendemos, só com o mandato não conseguimos. Foram 10 Vereadoras apresentando uma emenda parlamentar que até foi aprovada, mas no fim não se concretizou porque o orçamento

é só teoria também. O orçamento é como escrevemos: se entrar tudo isso de dinheiro é assim que devemos gastar.

Então precisamos de vocês ao longo do tempo. Precisamos ter meios de fiscalizar como é que essa teoria de fato vira prática. Como realmente verificamos quantos atendimentos foram feitos. Como realmente verificamos, além do número de atendimentos, porque esses números são sempre impressionantes. Era Secretária e vinha uma pergunta da imprensa: quantos atendimentos vocês fizeram. Aí, do gabinete, consultamos todos os setores, a Coordenação da Proteção Especial da Criança, disso, daquilo e aí vem um número incrível de atendimentos. Foram 16 mil atendimentos. Mas o que isso realmente quer dizer? Foi uma consulta, uma abordagem e no que deu essa abordagem? Foi um pernoite e depois do pernoite o que aconteceu?

Então precisamos aperfeiçoar como é que esse número se traduz em qualidade. Como é que fazemos mesmo isso que está acontecendo aqui hoje em inúmeros momentos, como fazer isso ser permanente. Como criar mecanismos de escuta permanente do usuário de cada serviço, inclusive, da criança e do adolescente, da mulher que nem sai do abrigo porque nem pode. Como é que escutamos, o tempo todo, esses usuários? E os trabalhadores do serviço também que têm contribuições importantes para dizer.

Então agradeço a presença de vocês aqui para discutirmos a teoria que é fundamental. Sem uma regra bem escrita para começar a chance de a prática ser boa é muito menor. Mas uma teoria bem escrita é apenas o começo. Precisamos construir cada vez mais mecanismos, não só de fiscalização, mas de avaliação da qualidade dos serviços. Vocês precisam de nós, é lógico, mas acreditem, nós também precisamos de vocês.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Nossa audiência pública vai até o meio-dia, por isso estamos combinado aqui na Mesa de fazer uma fala rápida de cinco minutos estourando, porque também queremos escutar a população. E depois queremos uma devolutiva para a Mesa, porque o povo quer escutar as respostas para suas angústias. Então a

ideia é que cada um fale por três minutos e quando faltarem 10 segundos para acabar o tempo vou pedir para concluir.

Tem a palavra a Sra. Verônica Alves.

A SRA. VERÔNICA ALVES – Bom dia a todos e a todas, aproveitando a presença do Secretário da SMADS quero falar que há um grande problema de protocolo de atendimento dentro da área de Assistência Social e dentro do albergue, que faz com que a pessoa não saia desse círculo vicioso que é estar no albergue.

Muitas vezes a pessoa sai do albergue, não tem aonde colocar sua bagagem, tem de ir para uma entrevista de trabalho e não consegue porque tem de tomar café, almoçar. E como uma pessoa consegue tomar café, ir para uma entrevista, deixar sua bagagem e conseguir pegar um encaminhamento que é tão pouco, ainda mais em São Paulo.

Outra coisa, uma forma de mudar essa questão através da economia solidária. Fazendo uma economia solidária, uma incubadora social, conseguimos desenvolver a capacidade socioeconômica das pessoas. Começando por essa diretriz teremos outras e na verdade precisamos reformular os protocolos que já estão tão engessados pela questão dos direitos humanos e que acabam fazendo as pessoas retornarem.

Hoje, no Brasil, temos 20% de pessoas desempregadas. Hoje somos moradores de rua e é capaz de que daqui a uns seis meses tenham mais moradores de rua e essa taxa aumente para 13 milhões para mais de pessoas em situação de rua. Temos de rever a forma como é constituída, a fórmula feita para que a pessoa consiga ter seus direitos garantidos.

Outra coisa é a questão da Saúde que é tão difícil chegar, as pessoas não conseguem ter o atendimento porque os pernoites chegam muito tarde, não são contabilizados e muitos têm problema de saúde.

Também precisa ser mudada a questão das travestis, transexuais, mulheres trans e LGBTs não terem um centro de acolhida que as protejam. Muitas vezes as travestis, transexuais ficam dentro de centros de acolhida masculinos, dentro de quartos e acabam sofrendo violência, tendo seus direitos infringidos, ainda mais o respeito ao nome social, que é

uma das grandes questões.

Quero agradecer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Chamo para a Mesa a Sra. Eliane de Santana, representante do Comitê PopRua.

Tem a palavra o Sr. Antonio Vicente de Lacerda.

O SR. ANTONIO VICENTE DE LACERDA – Bom dia a todos, meu assunto é rápido, num primeiro momento quero só fazer uma pergunta: quantas pessoas aqui são moradoras de rua, neste momento? (Pausa)

Quem de vocês conhece a trajetória e a história feita por um homem que se diz ser nosso representante por muito tempo, esse senhor que está bem ali, chamado Anderson Lopes Miranda?

Então quem quiser se manifestar pode vir aqui e falar o que sabe a respeito dele, porque para mim ele não é nosso legítimo representante morador de rua.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Robson Mendonça, do Movimento Estadual.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Bom dia a todos e a todas, mais uma vez a PopRua presente aqui na Câmara de Vereadores.

Uma Câmara que sempre está colocando obstáculo para o acesso do cidadão a esta Casa. Junta-se uma Mesa Diretora, entra um Presidente e cria regras como agora o código de barras para ter acesso a esta Casa, como cidadãos fossem mercadorias que tivessem que passar o código de barras para serem comprados.

Isso é imoral. Quem mantém esta Casa e o imposto do cidadão que é proibido de entrar se não cumprir as regras de uma Mesa absurda. E não culpo a PM e a GCM porque cumprem ordens, mas não podemos nos calar mediante tal absurdo porque é o nosso dinheiro que está indo pelo ralo com esses adesivos que são pagos com o nosso dinheiro para serem colados. E quando saímos e dizemos que perdemos: você não pode perder porque sabe que tem de entregar na saída. Que absurdo. Não me calo perante isso.

Outra coisa, o nosso Prefeito derrubou um decreto do Ministério Público sobre o aumento de ônibus. O que tem um morador de rua com aumento de ônibus, morador de rua não pega ônibus? Realmente, não temos acesso a quase nada neste país, mas esse aumento vai fazer com que a infração aumente, o gasto aumente e mais pessoas venham para a rua porque não aguentam pagar todos os tributos que uma política que não é inclusiva, é destrutiva, faz para o cidadão.

A população de rua que já não consegue pagar 4,30, agora vai ter de pagar 4,57 pela passagem. É um absurdo. Estamos pensando em fazer a erradicação da pobreza. A Agenda do Terceiro Milênio fala em erradicação da pobreza. Essa erradicação da pobreza é com coisas como essa, gastos desnecessários do dinheiro público, com adesivo para ser colado no cidadão para ter acesso a esta Casa, aumento de passagem, aumento de alimentação, aumento disso e daquilo. Só não aumenta a qualidade de atendimento à população de rua que precisa. Só não melhora o tratamento à população de rua que é discriminada até nos órgãos públicos.

Ah, mas isso é para ter um controle de quem entra na Casa e quem não entra. Pego um adesivo e digo que vou no 8º andar, subo até o 13º, desço até o subsolo, o que está controlando? Ah, porque tem roubo nesta Casa, por acaso foi morador de rua que levou computador, os notebooks lá do plenário, ou roubou carro do estacionamento? Acho que não.

Então têm algumas coisas que precisam ser revistas. A população de rua quer acesso à alimentação, à Saúde e principalmente moradia digna, casa para todos. É isso que a população de rua quer e é por isso que luta.

Para concluir, quero dizer o seguinte, esse PL que está nesta Casa é uma luta da população de rua. É o que estudou, o que pediu para a melhora e só vamos ter essa melhora com luta e união. A união faz a força, com a luta se ganha uma guerra. Então pessoal, vamos unidos. Vai até meio-dia, depois tem um cachorro quente para o pessoal e é isso aí.

Vamos nos unir e derrubar tudo que é imoral e ilegal neste país, porque o nosso Presidente não fala, ele defeca pela boca.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Sra. Eliane de Santana, representante do Comitê PopRua.

A SRA. ELIANE DE SANTANA – Bom dia a todos e todas. Acho que ouvimos muito, mas fico pensando quantos anos de trajetória, eu vejo companheiros nas calçadas. Vejo histórias de pessoas morrendo nas calçadas.

Precisamos avançar no sentido de garantir de verdade os direitos à Saúde, trabalho, tudo o que temos aqui dito no papel. Mas precisamos refletir no sentido de que ontem foi comemorado... Não sei... A Cris foi, eu não fui. Não consegui, a minha pressão foi a 20 por 17, fiquei muito emocionada. Não podemos aceitar a morte dentro de equipamentos sociais. Não podemos aceitar a morte nas calçadas, omissão de socorro.

O André presenciou... Cadê o André? Sumiu. Presenciou o tratamento para uma mulher em situação de rua que foi dispensada para não passar no médico. A questão é... Muita falácia, mas quero falar dos avanços também. Os avanços, Índia, são aqueles como o de ontem, nós celebramos a vida. Podemos premiar as pessoas. Eu quase bati a caçoleta ontem e hoje eu estou celebrando a vida.

Mas quero falar dos avanços; eu quero falar daquela militância que nós fazíamos em 2003, onde eu só arengava com o Anderson. Só faltava bater nele, mas eu já estava fazendo a militância pelas mulheres, porque falar da mulher em situação de rua é muito melindroso, mas conseguimos avanços. Antigamente, era conselho de monitoramento, acho que quem é da época lembra.

No conselho de monitoramento poucos usuários do serviço entravam, mas sempre virava polêmica. Eu não sei; eu não sabia que eu era polêmica; eu nasci polêmica viu Soninha.

Porque, quando a gente viu aquela primeira pasta vermelha, bolsa aluguel para pop rua, saída da Casa de Oração, eu fiquei maravilhada, mas é pouco. A demanda de moradores de rua está crescendo. Não dá para ter a dimensão.

Eu vou concluir, moça. Eu prometo, mas eu vou ter que falar só... vou falar que para nós, a celebração o locação social com 34 apartamentos que foram entreguem, mas é

pouco. Nós estivemos na OAB numa discussão. Eu falei claramente com cara do Ministério da Família, esqueci até o resto do nome, mas eu falei com ele o seguinte: “vamos buscar verba para o Município de São Paulo, precisamos avançar em mais moradias, me preocupa, me preocupa, me preocupa”.

Mas a estada da gente estar aqui discutindo a política para pop rua tem que ter a participação essencial da população; a fala tem que ser garantida, porque, se a fala não é garantida, para mim não pode existir discussão, mas nós estamos no avanço. Nós estamos precisando pensar mesmo em trabalho para essa população - que não seja o POT; precisamos também fazer valer o projeto de lei.

Eu fico muito feliz de ver companheiros da militância aqui, mas eu fico triste, porque enquanto estamos aqui discutindo tem muita gente morrendo de frio nas calçadas.

Que nós avançamos, nós avançamos, mas avançar é construir juntos, cada um com sua divergência de pensamento, divergência de olhar, mas que construamos juntos.

Encerro aqui a minha fala. Acho que vocês perceberam que hoje eu não estou festeira, porque me preocupa. Mas eu acredito que nós possamos avançar. E por que não construir com SMADS, a Câmara de Vereadores, os Direitos Humanos, com a intersectorialidade?

Nós temos uma missão: que nenhum mais morra de violência, que nenhum mais passe preconceito, que nenhum mais seja arrancado de equipamento social com Polícia.

Eu fico feliz estarmos aqui discutindo isso, mas quem sabe falar das suas agruras é morador de rua. (Palmas)

Eu encerro aqui a minha fala. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Dr. Will Carlos da Defensoria Pública.

O SR. WILL CARLOS – Bom dia a todas e todos. Agradeço o convite da Defensoria para participar; parabênizo a organização do evento na pessoa do Presidente Toninho Vespoli.

É bastante importante a participação e a presença da população em situação de rua ocupando esses espaços, participando, ainda mais nesse momento que estamos atravessando de retrocesso e um regresso absurdo nos nossos patamares civilizacionais, em que a gente vê uma completa desestruturação da participação da sociedade civil em diversos órgãos de participação, conselhos, então, quando se fortalece a participação dentro desses espaços, é bastante importante e isso é louvável.

Ela falou do evento, na semana passada, na OAB, a qual nunca tinha recebido a população em situação de rua é uma marcação importante do avanço dessa luta, de como essa organização tem que ser feita, não pode esmorecer e, falando pela Defensoria Pública, tem uma série de mecanismos de atuação de participação social para fazer essa pauta de direitos humanos e da população em situação de rua avançar.

Temos mecanismos de participação via Conferências da Defensoria Pública que são a manifestação civil para votar propostas que entram no plano de atuação da Defensoria. Esse plano de atuação se torna uma política pública.

Então, é importante esse espaço, que vocês se manifestem, que vocês compareçam, participem formulem propostas por que isso vira uma política de atuação, tem as metas, os objetivos, tem que ser cumprido necessariamente. Essa é uma construção de uma política pública do sistema de Justiça.

A Defensoria Pública, seguramente, é a instituição do sistema de Justiça mais aberta à participação da sociedade; atualmente, a gente está com a implantação de propostas do ciclo da Defensoria anterior, que é para expandir o atendimento para população em situação de rua para além da capital, para todos os municípios do interior, onde tem sede da Defensoria Pública. A Defensoria Pública não está em todas as comarcas, é bastante limitada. Só que a temos feito essas Conferências em algumas cidades e temos conseguido resultados bastante interessantes. Teve cidades em que a gente já conseguiu felicidade que a gente já conseguiu o compromisso público e a execução da Secretaria Municipal de Saúde de criar o consultório na rua, que era uma demanda da sociedade local e era um pouquinho de inviabilizada porque a

população em situação de rua não era tão articulada como é aqui.

No atendimento especificamente da Defensoria, temos um atendimento centralizado que acho que muitos conhecem, só que atendimento já começou a ser descentralizado e, atualmente, ele já acontece na cidade de São Paulo em Santo Amaro, Itaquera, São Miguel e na grande São Paulo em Carapicuíba, Mauá, Diadema. Então, está tendo esse processo de expansão para atender a uma demanda que foi formulada pelas pessoas diretamente. E a ideia é que isso se aprofunde cada vez mais dentro da instituição.

Recentemente, fizemos uma atividade de um atendimento itinerante três sextas-feiras seguidas na região da Cracolândia.

E a gente ficou impressionado com a quantidade das demandas que tem e necessidade de a Defensoria se desburocratizar e estar no local da necessidade, onde esse público se localiza e se concentra.

Podemos observar demandas que normalmente não chegam no balcão de atendimento porque as pessoas não conseguem formular isso como um problema jurídico capaz de atuação. Isso em que sentido?

O grosso dos pedidos que as pessoas mais procuram é a regularização de documento; a pessoa que não tem documento; não sabe a situação criminal.

Para que tenham uma ideia: mais de 100 pessoas que a gente atendeu, mais ou menos 50%, de situação processual criminal, querendo saber como é que estava o processo, tinha só uma pessoa com mandado de prisão, e quase todos que nos procuram alegam que estão procurados, estão pedidos, por isso fica nessa situação de rua, com medo de acessar qualquer serviço público.

Mas a demanda que chocou no nosso atendimento foi a quantidade de pessoas, sobretudo mulheres com crianças, mulheres grávidas, com dificuldade de visitar o companheiro preso.

Esse é um tipo de demanda que não é formulada em nenhum balcão de atendimento de nenhuma instituição. Normalmente, essas pessoas, principalmente, na região

da Cracolândia, são presas por causa desse microtráfico que acontece ali, e essa condenação, marginalização, estigmatização é passada para toda a família, inclusive, para as mulheres, para as crianças e para crianças que nem nasceram ainda.

Então, é bastante importante - depois eu posso passar para vocês esse calendário das Conferências que estão acontecendo - que a sociedade civil, as pessoas em situação, trajetória de rua, os movimentos organizados, participem porque é a partir disso que a gente vai permitir que uma política de expansão e, sobretudo, de acesso ao sistema de Justiça mesmo. Se as pessoas têm dificuldade de acessar o Judiciário, acessar o Ministério Público, cobrar responsabilização dos órgãos de repressão de Segurança Pública, a Defensoria Pública é a porta de entrada para esse tipo de atuação.

Então, ficamos aqui à disposição para esclarecimentos depois.

Boa audiência para nós, pessoal. (Palmas)

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra

O SR. VILMAR RODRIGUES - Bom dia para todos. Povo da Rua, paz e respeito!

Eu queria que essa primeira partezinha fosse retirada dos cinco minutos, porque eu sonho com o dia em que nossa população de rua tenhamos realmente voz e virmos aqui falar cinco minutos; eu sonho com o dia em que nós vamos chamar vocês do Poder Público para nos escutar.

Há quinze anos, eu, morador de rua, já há mais ou menos uns 15 anos em Curitiba, no Paraná, a cidade mais fria, eu deitava no meu papelão, olhava para o céu, ficava pedindo a Deus que mandasse uma ajuda ou que me mandasse a morte.

Eu conheci um cara chamado Anderson Miranda que nos trouxe uma bandeira que nos deu condições de lutar de estar aqui dentro hoje. Então, Anderson, eu gostaria de dizer para você que você me representa. (Palmas) São trinta anos de rua. (Palmas) Eliana, você me representa. (Palmas)

Eu quero falar sobre a criminalização da população de rua e o combate ao crack.

Existem várias maneiras de se sujeitar pessoas a violências. Uma delas é a criminalização do Povo da Rua.

Ouvi falar nesta mesa de uma nova realidade; não existe nova realidade. O que temos é um retrocesso nas políticas públicas para o Povo da Rua que há, mais ou menos, uns 40 anos, é a que dura.

A questão é que éramos invisíveis perante a sociedade, mas, hoje, como você pode ver, somos tratados como um fenômeno, porque antigamente, não muito antigamente, população desenvolvia-se nas suas atividades, nos seus locais de convivência, seus bairros, periferias, nas suas comunidades, com as dificuldades que foram surgindo de convivência por questões de desemprego e de que ligar com a convivência em família e com próprio uso das drogas, o centro de São Paulo se tornou um lugar de grande concentração. Até porque, no centro de São Paulo, rola tudo, dinheiro, bolsa de valores, Câmara, enfim, pelo sentido de que no centro tudo se resolve. O que não é verdade.

Eu comparo essa fala minha aos nordestinos – não com discriminação ou preconceito, porque eu não sou preconceituoso, mas é só uma comparação – que, na época da seca, vinham para São Paulo, naqueles ônibus lotados, nos pau de araras, na falsa ilusão de que chegando aqui em São Paulo tudo se resolveria. E não é verdade, porque a maioria acabou ficando na rua.

Não fosse só isso, o crime organizado enxergou o centro como um grande polo de lucro, pois o próprio histórico da maioria dessa população, da qual faço parte como usuário de crack por 15 anos, e, no centro circula muito dinheiro.

Pessoal, a catástrofe, mesmo que não seja ambiental, sempre traz lucro para alguém. A Cracolândia foi criada em cima disso. E é tratada como problema de segurança pública, mas não é de segurança pública. Ela é um problema de saúde pública.

Na questão dos albergues, a dificuldade do acesso dessa população é um paradigma que se criou nas gestões antigas em que eles eram maltratados dentro das instituições. A comida era péssima ou não existia. As condições de higiene eram horríveis, sem

contar que, muitas vezes, a Polícia invadia de madrugada e deixava todo mundo pelado nos albergues, atrás de algum procurado, marginalizando, assim, o atendimento. Sem contar a acumulação de gênero, homem-homem, mulher-homem, mulher com idoso, idoso com criança, criança com mulher, criança com homem, o que beirava um monte de violações de direitos e violência simbólicas, não só por parte dos usuários, que no nosso linguajar, são os perrecos, com os quais até os funcionários nos tratavam mal.

E, nas questões de regras, é bom que se veja: o Governo usa o tema de que a população de rua não quer acessar os albergues por causa das regras, mas é mentira. Porque para se viver na rua, pessoal, a regras são muito mais duras para se sobreviver na rua. Isso o Poder Público usa como defesa.

É bom que se saiba as regras para se sobreviver nas ruas são muito mais duras do que as do albergue.

Por que não usam o dinheiro dos albergues para moradias próprias para a população de rua? Sairia mais barato. Sabemos que o orçamento é grande. Nós estamos na cidade mais rica do país. E ele é depositado não sei aonde, porque vemos as dependências do CRAS e outros órgãos. Tem tudo de primeira, computador, entrada, sala com vidros, enquanto os albergues estão sucateados e viraram um regime de semiaberto, de onde se sai de manhã e volta-se à noite, mas sem rumo, porque, como falou a minha companheira aqui, sem um encaminhamento, porque as assistentes sociais só começam a trabalhar às 10h da manhã; saem ao meio-dia para almoçar, voltam às 14h e saem às 17h para irem embora. Ou seja, não é um trabalho social, mas, no fim do mês, o salário delas vêm.

Queria finalizar a minha fala perguntando para as pessoas da mesa: há rumores de que o Autonomia em Foco vai fechar. Eu gostaria que alguém da Mesa respondesse sobre esse assunto – não para mim, Vilmar Rodrigues, mas para todos que estão aqui.

Muito obrigado pela atenção de vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Sr. Cícero Ramalho da Silva... Pessoal, então, as inscrições estão abertas. Na fala do Sr. Cícero, nós vamos encerrar as inscrições.

Está bem? Então, quem quiser se inscrever faça o favor de se dirigir para a inscrição. Tenho de fazer o papel do chato. A Audiência é até meio-dia. Vou pedir tanto ao pessoal da Mesa como às pessoas que estão falando para que cumpram o horário, senão corremos o risco de, depois de meio-dia, não conseguir escutar todo mundo. Está bem? Obrigado.

O SR. CÍCERO RAMALHO DA SILVA – Bom dia a todos. Primeiramente, meu nome é Cícero Ramalho da Silva. Eu sempre costumo andar com dois livros. O primeiro livro é a Bíblia. Eu estive em vários CTAs, que antigamente eram chamados de “albergues”. Não mudou nada. Para nós, moradores de rua, continua a mesma coisa. Não vai mudar nunca. Por quê? Porque não é de interesse dos governantes, sejam do Município, sejam do Estado, e na atual conjuntura política, (ininteligível). Eu fico muito feliz com a fala da nobre Vereadora, que hoje está no Cidadania, haja visto que trocam de partidos, trocam de camisa, como se troca... Nós, que somos moradores de rua...

Nós já estamos cansados – não cansados porque nós não temos dinheiro no bolso. Como é que você recebe 91 reais e são cortados? O meu Bolsa Família foi cortado. O que é que se faz com 91 reais? Nada. Então, moradores, primeiro... Nossos indígenas, quilombolas e outras pessoas mais...

Eu mostro outro livro de Gregório Bezerra, torturado na ditadura militar. Eu já li. Eu tenho privilégio de ser pernambucano, porque Paulo Freire... A nossa nobre Deputada começou a falar de teoria e prática, de prática e teoria. Ela citou Paulo Freire e eu bati palmas para o Vereador Eduardo Suplicy, porque nunca mudou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CÍCERO RAMALHO DA SILVA – Não, os “caras” somos nós, que estamos aqui. Agora, faltam mais pessoas aqui – vítimas, como nós, moradores de rua. Em 2006, eu morei aqui e nunca vi tanta gente companheira na rua, morando na calçada, com suas famílias.

Eu digo a vocês que o orçamento para morador de rua é zero, porque eles nos veem como invisíveis. Eles veem de forma mais visível, hoje, porque nós estamos aqui, e eles receiam, pois acham que vamos fazer alguma coisa contra eles. Jamais! Nós queremos nos

unir com indígenas, quilombolas, sem-teto, sem-terra, sem emprego, sem moradia. Eu garanto a vocês que o orçamento que está aí e não foi cumprido dá para tirar todo mundo das ruas, das calçadas, e resolver o problema que é mais grave.

Com relação a esse problema, eu vou citar uma amiga minha de longa data, que foi Prefeita desta Cidade: Luiza Erundina. D. Evaristo Arns e Padre Lancellotti são meus amigos. Padre Lancellotti...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CÍCERO RAMALHO DA SILVA – Não, político, não! Politizados! Não, amigo, camarada... Eu falo pela essência da vida. Então, isto, aqui, é o que nós temos de falar.

Falo da Erundina, que, quando era Prefeita... Está bem. Eu vou fazer uma pergunta depois. Quando a Erundina era Prefeita, reclamavam muito da Erundina – e, hoje, mesmo tendo poder, não mudou nunca.

Então, estes Vereadores, que estão aqui, precisam nos ouvir, mas seria importante que houvesse mais pessoas aqui, mais Vereadores e Deputados. O único problema social nosso é que, para resolver o problema do País, só tem para os ricos – para os pobres, é zero. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – A Deputada Beth Sahão teve de se retirar e quem está aqui, agora, do meu lado esquerdo, é o Vereador Xexéu Tripoli. Contamos com sua presença, então, para o debate.

Agora, é a Sra. Kelly Andressa.

A SRA. KELLY ANDRESSA – Bom dia a todos. Eu gostaria muito de falar sobre a população de rua, principalmente, na situação que vivemos neste Brasil. Muitos comentam de coisas que não servem para nada, na verdade. A necessidade é de todos e sempre foi de todos. Esse é o grande problema.

Nunca estive em uma situação tão complicada para entender o povo e a situação. Que muitos correm risco e muitos são a favor, também... Acredito que, para mudar, não existem só leis para mudar ou necessidade para mudar. Esses albergues de que muitos falam,

aí, que... É muita hipocrisia falar que é pouca coisa e, depois, é muita coisa para garantir, mas têm de abrir portas e garantir portas abertas. Aí é que está o problema.

Se alguém quer moradia própria, esse é maior problema ainda, se alguém já teve ou tem uma situação parecida. É igual ao que muitos falam, que podem vir mais para as ruas, mas isso é hipocrisia, também, porque a realidade ainda é de todos, independentemente, até, da idade.

O importante, principalmente, é cuidar da Saúde e garantir essas portas abertas, ainda, e, sem risco nenhum, garantir, realmente, uma moradia fixa, independente de aluguel ou outra situação, porque é covardia daquele que se diz inútil na hora da verdade, mas na hora da mentira quer garantir alguma coisa, também, aqui. Então, seja aqui dentro, seja lá fora, dá na mesma. Porém, tem de se garantir, realmente, alguma coisa para todos – e não só para um escolhido ou dois escolhidos, vamos brincar assim, também. A verdade tem de ser garantida com um, com dois, com três, seja lá com quantos for.

Agora, sim, a responsabilidade, individualmente, depende, também, de cada um. Aí, vem da idade, da necessidade e algo a mais, também, porque eu sei do que eu estou falando. Não estou aqui, também, à toa, só para brincar de testemunha de alguém. Eu estou falando de mim, também, porque eu já perdi algo que talvez nem volte mais. Então, realmente, eu tenho de garantir a minha vida, também. Realmente, eu estou falando uma verdade – e não uma hipocrisia desse mundo, aí, para me garantir algo a mais, lá fora. Então, realmente, a responsabilidade é minha. É por isso que eu ainda tenho de me garantir e espero que, realmente, todos que estejam aqui tenham entendido que eu não sou uma mulher, só, nesse mundo, aí. Eu sou uma qualquer mulher, uma qualquer inútil, uma qualquer moradora, na rua, de rua.

Realmente, eu estou falando de mim, mas eu estou falando de algo que eu perdi, que é mais valioso, ainda. Realmente, eu tenho de garantir, no mínimo, os colegas, os amigos, seja lá o que for, que ainda estejam ao meu redor ou até precisem de mim. Vai saber se são 10 anos ou 20 anos de vida. Não posso garantir isso, mas a minha garantia também é minha e de

todos.

Especialmente, espero que tenham entendido o meu recado, a minha necessidade. E outra coisa: não tem como dar muita coisa do que eu falo. É lógico: dia após dia, mas, realmente, é bem isso. É bem básico o que eu estou falando, mesmo.

Obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora, vamos escutar o Sr. Anderson Lopes, do Movimento Nacional da População de Rua.

O SR. ANDERSON LOPES – Bom dia a todos e a todas. Nem Jesus agradou a todos – e muito menos eu vou agradecer. Então, quero dizer que a crítica é bem-vinda. Está certo?

Primeiramente, eu não represento uma pessoa. Eu represento um segmento. Segundo: o movimento não tira ninguém da rua. Quem tira é a política. É pressionarmos, ou para que acabem com os albergues, ou para que melhorem os albergues e tenham a moradia definitiva. Ninguém, aqui, está brincando de fazer. Estamos aqui para lutar juntos. Está certo?

Minha história, minha trajetória... Quem me conhece sabe quem eu sou. Não preciso, aqui... Eu não vim aqui para brigar com ninguém. Eu vim aqui para defender a política. Vim aqui porque temos uma história e uma trajetória. Não vim aqui para fazer inimizade nem amizade. A rua sabe muito bem o que ela sofre.

Acabei, agora, de retornar para a situação de rua. Acabei, agora, de me separar da minha companheira, mas a casa ficou para ela e eu fui para a rua. Liguei para o 156, em 2 de junho de 2019. Liguei para o 156. Estava na Rodoviária do Tietê. Pedi um albergue. Sabem a que horas a equipe chegou para me acolher? Nenhuma hora. Estávamos eu e mais 100 moradores em situação de rua na Rodoviária do Tietê, dormindo.

Lá é horrível. Quem já dormiu na Rodoviária do Tietê sabe. À 1h ou às 2h da manhã, Vereadores e Vereadoras, chega a guarda da Rodoviária, agredindo os moradores de rua: “Tem passagem? Não tem passagem? Cai fora! Vai lá, para baixo!” É desse jeito que eles gritam. Eu estava com a minha bolsa e estava com alguns documentos. “Tem passagem?” Eu

olhei bem para a cara dele e falei: “Não, mas eu estou esperando a Prefeitura chegar aqui para me levar para o albergue.” “Não, o senhor tem de descer.” “Não vou descer.” “O senhor tem de descer.” “Não vou descer.” Aí, juntou-se um grupo de moradores comigo e falou: “Não, nós não vamos sair daqui. Aqui é público. Por mais que tenha uma empresa tomando conta, isto, aqui, é público. É uma rodoviária.” Nós começamos a fazer isso.

Então, assim, as pessoas falarem é horrível. Para nós, é triste. Voltei. A sorte é que pessoas me acolheram. Sou muito grato a muitos amigos, aí, que não me deixaram voltar para a situação de rua. Está certo? Hoje, eu tenho uma realidade de dizer: eu saí da rua, mas a rua não saiu de mim, porque, a qualquer momento, eu posso voltar para ela. Temos de tomar esse cuidado. Está certo?

Não estou na situação. Moro com uma companheira amiga, que me acolheu. Estou aí, estudando, porque trabalhei na Câmara por um ano e oito meses. Foi feito um projeto de lei. Quem não tem Ensino Fundamental ou Médio não pode trabalhar na Câmara Municipal. Fui exonerado. Voltei a estudar. Faço prova, agora, em 25 de agosto, no Encceja. Concluo o Ensino Fundamental e o Vereador Eduardo Suplicy me apoiou muito, assim como a Vereadora Soninha Francine e outros Vereadores. Não tenho vergonha de dizer. Volto para a Câmara Municipal, para assessorar o Vereador Eduardo Suplicy. Vou continuar na luta do movimento.

Isso é um pouco da minha história. Morador de rua não pode trabalhar nos lugares. Morador de rua não pode assessorar. Morador de rua precisa sempre ser morador em situação de rua. Homens e mulheres, nós temos de acabar com essa demagogia de dizer que a rua não pode se representar e que a rua não pode se fazer representada.

Então, assim, a nossa luta, aqui, é que essa política, hoje, por seis ou mais Vereadores... Primeiramente, isto, aqui, é um projeto de lei que, para nós, tem uma importância enorme. Nós temos uma lei na cidade de São Paulo. Alguém sabe o número da lei? Qual é o número da lei?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDERSON LOPES – Ótimo! Qual é o decreto da lei? É 40.232, de 2001.

Essa lei capengou. Todo mundo sabe disso. Ela capengou e nós precisamos reformular. Como disse a Eliana Santana, que acompanhou por muito tempo, era um grupo que não tinha voz que participava. Era um conselho de monitoramento. Não era nem um conselho deliberativo. Era só para monitorar a política. Nós chegávamos lá e era só cafezinho, cafezinho, cafezinho. Tratavam a população de rua com desrespeito.

Brigamos, lutamos e hoje nós temos um comitê municipal, que delibera o orçamento, que discute a política de Habitação, que discute a política de Assistência Social, que discute a política de Saúde. Tem GTs e eu tenho acompanhado porque eu recebo todos os *e-mails* do comitê. Eu quero parabenizar os representantes do comitê, aqui, independentemente de serem amigos ou inimigos, mas que têm feito um papel, homens e mulheres, ali.

Olhem esta Mesa, aqui. Esta Mesa, aqui, não é uma Mesa machista. Está paritária, de igual para igual. É isso, aí, mas é a luta. Tem de fazer a luta.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDERSON LOPES – Concordo com você, mas, aí, só uma questão... Aí, é uma questão que tem de trazer... Posso concluir? Eu acho que é uma questão que precisa trazer e discutir. Está certo? Pediram a questão paritária e foi discutido isto. Homens e mulheres LGBTs... Eu acho que, se, no comitê houvesse essa pauta, teria trazido, sim, para cá, e botado aqui a representação. E a representação tem de ser bem respeitada e representada.

O que estamos dizendo é dos segmentos que precisam trazer em representação. Está bom. Eu vou concluir. Porque eu acho que, para nós... Hoje, nós precisamos discutir a Lei 145, pois ela é importantíssima para a cidade de São Paulo. Eu quero concluir, falando da nossa tristeza. Muita gente não está acompanhando. Eu vou concluir em dois minutos, Vereador Xexéu Tripoli.

Primeiramente, hoje, a GCM tem atuado com a população de rua, mas não é a GCM. É a ROTA que está na Praça da Sé, agredindo a população em situação de rua. No sábado, eu estava lá e vieram várias denúncias para mim. É pena que o companheiro não

esteja aqui. Que está na Praça da Sé e pode falar isso, que é o Gaúcho...

Segunda questão: o aumento da população de crianças em situação de rua, o aumento muito grande... É claro que vemos o adulto, mas nós não olhamos a situação das famílias e das crianças. Esta Cidade vem aumentando, de famílias e crianças. Um alarmante... E onde está a política de atendimento a essas crianças e adolescentes? Para nós, é triste ver crianças e famílias jogadas na rua.

Ontem, mesmo, nós, em um ato na Praça da Sé... Nós, fazendo um ato do dia 19, de tristeza da morte dos sete companheiros, e a polícia, atuando lá atrás, abordando a família, mandando o pai e a mãe levantar a mão, botar na cabeça... Se não fosse a intervenção de grupos, de assessores e Vereadores que estavam ontem na Praça da Sé, de pessoas, eles teriam sido mais agressivos, ainda, com a família, muito mais (ininteligível). E as crianças lá, com medo... Essa é a nossa realidade e a nossa tristeza. Nós tivemos de pegar o microfone e denunciar. Aí, companheiros e companheiras foram lá.

Esta é a nossa luta, aqui. Nós queremos uma política que não seja de papel. Nós estamos cansados de papel. Papel não resolve porcaria de nada. Primeiramente, quem, aqui, quer moradia, levante a mão. Quem, aqui, quer trabalho, levante a mão. É essa a nossa luta.

Uma salva de palmas para nós! Muito obrigado! A presença da rua é importante. Obrigado, Vereadores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora é a Sra. Eliza Gomes Cerqueira, do Clube de Mães do Brasil.

A SRA. ELIZA GOMES CERQUEIRA – Cumprimento a Mesa. Bom dia a todos aqui presentes. Com todas essas falas, vem a mim uma pergunta. Não é fácil. Não é fácil essa luta. Estou aqui, representando o Clube de Mães do Brasil, que já está há 25 anos no território de Santa Cecília.

Muitos, aqui, já passaram por lá e muitos falam: “É assistencialismo?” Não, não é assistencialismo. Não é. É a promoção. É promover. É promoção social, atender as pessoas com humanização. Eu, lá, sou Assistente Social e sou muito feliz pelo meu trabalho. Não estou

pelo meu salário. Estou pelo meu fazer social, de coração. Tratar o usuário com respeito e ser respeitada...

O atual cenário nos traz, segundo a FIPE, 15.905 pessoas em situação de rua.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ELIZA GOMES CERQUEIRA – Em 2015. Logicamente que esse percentual está desatualizado. Com certeza estará entre 22.000 pessoas em situação de rua.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ELIZA GOMES CERQUEIRA – Ou mais. Mais de 23.000? 30.000 pessoas em situação de rua. Por isso o censo, que ficaria para o ano que vem, vai ser adiantado, por conta de que é visível, todo mundo vê, não precisa estar no papel, todo mundo está vendo o aumento das pessoas em situação de rua.

Mas, por quê? Eu pergunto. Por que esse aumento? Com certeza porque a fragilidade das políticas públicas está deixando a desejar. Quando você vê essas disparidades sociais, quando você vê essas situações, com certeza é porque algo não está bem. E é o que a gente vê aqui em São Paulo, pessoas em situação de rua cada vez mais vulneráveis, em busca de habitação, de direitos sociais.

É isso que eu queria passar para vocês, é uma coisa que todo mundo sabe. Todo mundo sabe por que está aqui, porque quer ter seu direito garantido. É algo que deveria ser simples, mas infelizmente precisa estar aqui, precisa ter voz, precisa buscar, precisa debater no comitê. O que vem se falando no comitê é que é preciso algumas mudanças. Essas mudanças têm de ser com certeza vistas por todos.

Vejo que a Portaria 46 precisa de revisão, percebo que há longas e longas filas para se buscar o encaminhamento para o CISA, algo que não deveria acontecer com tecnologia avançada. Por que não um código de barra; por que não um programa que fizesse essas pessoas terem acesso aos serviços de acolhimento? Hoje em dia percebemos que os equipamentos não estão de acordo, passei por um CTA como profissional, passei por um SASF.

Percebi e senti na pele a situação das pessoas em situação de rua e hoje estou aqui, represento também esse público e olho por vocês também, no atendimento que faço, no Clube de Mães. Atendo aproximadamente 400 pessoas/mensal; ouço, meu papel é ouvir, encaminhar, fazer o que está dentro das minhas possibilidades. Mas, eu percebo uma burocracia muito grande.

Nós, do Clube de Mães do Brasil, não temos parceria com o Poder Público e sentimos essa necessidade de avançar. Ficamos presos à burocracia, se há um encaminhamento não conseguimos e lá no comitê é falado da zeladoria urbana. A pessoa em situação de rua não recebe um devido atendimento da zeladoria, são desrespeitados sempre nas ruas. Isso também é falado no comitê.

A locação social é algo que também é solicitado por todos. A moradia primeiramente, que é um programa que ainda não existe no Município de São Paulo e existe em alguns países como Canadá, Portugal. Esse programa está sendo bem visto e poderia também ser trazido para o Município de São Paulo.

Outra coisa importante também seria os serviços voltados para a mulher como serviços de acolhimento, LGBT, que também tem essa dificuldade, como já foi falado aqui.

Então, terminando minha fala, como a Soninha falou, é preciso construir mecanismos. Percebemos todas as limitações, mas é preciso que nós todos estejamos juntos nessa luta de conseguir fazer o melhor pela pessoa em situação de rua. Buscar principalmente a política de habitação para todos, pois todos necessitam de moradia. É uma das políticas públicas mais necessárias para quem está na rua, ou seja, a habitação, é sair da rua.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Registro a presença da Vereadora Juliana Cardoso. O Vereador Toninho Vespoli precisou se ausentar brevemente e já retorna. A próxima inscrita é Índia Roseli.

A SRA. ÍNDIA ROSELI – Bom dia a todos. É com muita tristeza hoje que eu venho

perguntar a vocês, pois se fala muito em morador de rua, mas não se fala em criança de rua, alguém sabe quantas crianças de rua morrem por ano? Por mês? Eu vou falar. Hoje vai ser enterrada mais uma criança de 13 anos, viu Sr. Robson, da Sé, problema de pulmão. Infelizmente uma, duas por mês. Por mês.

Conversei com um dos secretários da Prefeitura, que disse: “Índia, a gente pode arrumar banho, a gente pode arrumar CCA”. Mas, a criança volta para a rua. Daí ele disse: “tem de arrumar um abrigo”. Eu falei: “Para quê? Ele já vem de violência da casa, ele já vem do que o padrasto bate”. Não são todos iguais, mas ele já vem de uma família que não tem uma estrutura, que não tem nada, que a mãe dá graças a Deus que vá para a Praça da Sé comer. E aí, ele vai fazer o quê no abrigo? Para apanhar? Já sai de um local de violência, que é a própria casa dele, ele vai para abrigo para apanhar? Ou acha que é só em Centrac que sofre violência? No abrigo de criança é pior ainda, porque a criança é pequena. Se o marmanjo tem alguma coisa ele cai fora, ou briga ou se rebela lá dentro, a criança também. Quantos abrigos de crianças que já fui e teve revolta lá dentro? Mas, a criança sofre muito mais do que o adulto.

Outra coisa, se o Governo, a Prefeitura, perguntasse a um morador de rua: “quem gostaria de ter um apartamento como aqueles na Júlio Prestes?” Todo mundo levantaria a mão para ter um apartamento daquele. Vi uma matéria – e não é porque eu fiz inscrição da PPP – que dizia que as pessoas que estão fazendo inscrição, de 100%, 80 não querem morar, porque é no meio de maloqueiro. Quando eu fiz a inscrição falaram que era para pessoas de baixa renda. Disse à moça que eu era de baixa renda, eu recebo o LOAS. Ela falou: “não, é para baixa renda”. Quando fui chamada e falaram, entre aspas, que fui “contemplada”, ela perguntou: “Qual é a sua renda?” Eu falei: “O LOAS”, “ah, então você não, aqui é para pessoas de dois salários mínimos para cima”. Rebatí: “mas, na inscrição falaram que era baixa renda”. O Sr. Geraldo Alckmin na época – acho que alguns se lembram – na fala dele junto com João Doria, quando estavam derrubando a cracolândia, acabando com os cortiços, hoteizinhos de lá, disse que era para serem construídos apartamentos para aquela região da cracolândia, da favela do Moinho, para a classe baixa da baixa. Na hora eu falei: “isso não é para eles não.”

Não é para a gente não.

Agora eles estão chamando essa população que também é pobre, é classe baixa, mas não estão chamando aquela classe que eles disseram e as pessoas que estão chamando não querem. Tem muito apartamento vazio, porque essa população que eles estão chamando não quer, porque é na região da Luz, da cracolândia. E a gente está aqui lutando por uma moradia. Isso é cavernoso, gente. Uma classe não quer e a outra quer e não tem. Precisa, necessita e não pode. “Ah, porque da PPP...”, dane-se se é PPP, cadê o Governo, cadê a Prefeitura, Vereadores? Soninha, você falou que está do lado de cá, que vocês têm autonomia para falar, então vamos ver isso aí. Eles não querem? Beleza, tem quem queira. Melhor do que a rua, melhor do que CTA.

Outra coisa que eu quero falar aqui e endossar a fala do Sr. Robson em relação à casa, fiquei observando a última reunião do comitê da pop rua, tinha muita mãe com criança chorando de fome. No *coffee break*, que a gente também paga, porque a gente também paga imposto, tinha água e aquele salgadinho Torcida.

Então, assim: eu acho que a Casa tem que prestar um pouquinho mais de atenção quando a gente vem. Quando a gente recebe visita, olha no armário e não tem comida, a gente fala: “Fulano vai buscar lá, vai comprar um pão”. A Casa tem que reparar isso, hoje encheu, manda trazer leite, tem muita criança de rua aqui, tem muitas mães, criança há três horas aqui, não se sabe de onde veio, se comeu ou não comeu. Claro que a criança vai atrapalhar chorando, desce com ela, dê um pão, um leite. Acho que a Casa tem que ver isso, o responsável por essa parte tem que ver isso aí, gente. São seres humanos, não é porque é de rua, que se pode dizer: “Ah, vá dar água e um salgadinho”. Criança precisa de um leite, criança precisa de um pão, por mais que a reunião seja aqui, vamos cuidar das nossas crianças também, as mães de rua.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Toninho Vespoli.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – O próximo é o Tião.

O SR. TIÃO – Olá a todos. O bom dia a gente guarda para uma outra ocasião, pelo que estamos lembrando hoje. Fiquei muito feliz com o prêmio ontem, que celebrou a vida, mas ao mesmo tempo eu saí com uma certa tristeza, porque no dia 19 de agosto o que eu vi lá e depois na sequência, eu e o Padre Júlio, sepultando cinco pessoas de uma vez só no cemitério de Perus. Entre aqueles caixões uma pessoa com uma plaquinha “desconhecido”. Nós queríamos o reconhecimento dela e não aceitávamos o nome, “mas, foi dito que o nome dela é tal”, “não, não é, é indigente” e foi como desconhecido. E o prêmio deles foi num caixão de papelão, fino, de Duratex, aquele de papelão mesmo. Esse foi o prêmio que eles ganharam. Mas, eu não posso deixar de me alegrar de alguma forma pelo que eu vi lá do Circo da Alegria, da arte que a população de rua precisa.

Mas, quero dizer da importância desse PL, se São Paulo conseguir puxar à frente – porque tem tudo: forró, música, tudo tem que passar por São Paulo primeiro – esse bom atendimento, de uma melhoria de atendimento digno para a população de rua como cidade, e isso virá para o Estado, a gente pode de repente começar a sonhar ou ter esperança de vida para o Brasil.

Tenho rodado agora, desde que saí da Secretaria da Assistência, tenho tomado – aquilo que vocês tomam – na cara: “você não tem o perfil, não é o nosso perfil, muito obrigado”, porque a trajetória de rua está lá, eles pesquisam o meu nome e ferra.

Mas, tenho viajado e visto, porque estou no litoral Norte, tem cidades que não têm atendimento à população de rua. Toda hora passa alguém, mas como tem funcionário para atender como morador de rua. “Você é de onde? Você quer uma passagem, você quer um almoço, um banho e a gente encaminha? Para onde quer ir? Para São Paulo? A gente encaminha.”

É isso. A gente precisa de uma política de atendimento neste momento, principalmente, que tivemos uma renovação política para pior, um regresso. Nós temos governos que estão separando e dividindo o Brasil e dividindo as classes, rico é rico, pobre é pobre, nordestino é nordestino, isso e aquilo. É uma divisão danada. E população de rua nem

existe. E quando surge um momento em que alguém teve um problema, como aquele que surtou, esfaqueou alguém, vem um Presidente da República com o falso título de Messias, com uma falsa falácia de que é um homem de Deus, “deveria ter alguém para dar um tiro na cabeça daquele morador de rua”.

Então precisamos urgente construir isso, essa linha de atendimento mínimo. É triste dizer que vão sonhar com casa, estou há 52 anos sonhando com casa, já discutimos política, já fiz parte da Secretaria – participando – da Habitação, Conselho de Cidades. Promessas, Índia, tinha um tal de Fenício, que era lindo o título, que dizia para renda zero, para quem tem zero salário mínimo a um salário mínimo. E quantos projetos e móveis da União foram cedidos para essas casas? Quando saiu virou para dois a quatro salários e nós continuamos na rua ou no albergue.

Hoje, o albergue, com todo o respeito, eu não defendo política não, é um fomento ao crime organizado. É um fomento. Se tinha uma política que o crime organizado precisava, ele conseguiu, são os albergues. Lá tem os representantes que vendem as drogas, lá tem quem manda em todo mundo, lá tem os coitados que precisam de ajuda e têm os caras que mandam, pressionam, não respeitam família, criança, gênero sexual. Não respeitam travestis, não respeitam ninguém, mandam, desmandam, batem, matam, como eu vejo e vi muitas vezes na frente do Prates pessoas serem colocadas para fora por funcionários para levar pauladas e malocas que vendem drogas.

Então, a gente precisa ver isso direito, como humanizar e como garantir. Hoje começa pelo bebedouro e pelo banheiro. Olha, uma mãe com criança na Praça da Sé, nas ruas, começa com um banheiro e um bebedouro. Não fazendo isso, vão lhe dar um apartamento e uma casa? Vão me dar um apartamento e uma casa? Não me dão trabalho, não lhe dão trabalho, vão dar um apartamento e uma casa? Temos que acreditar não utopicamente, é dessa forma como está no parágrafo segundo, art. 6º, garantir essa participação social das falas.

Só finalizo assim, companheiros, não vamos nós, da rua, brigar conosco. Se você

não se sente representado na fala de alguém, apresente-se, represente-se. Está na Constituição. Você não é obrigado a fazer parte de sindicato, movimento. Está na Constituição, você é cidadão. Mas vamos tentar caminhar juntos para garantir esses espaços, porque está difícil para abrir essas portas. Nós vamos agora a Brasília tentar abrir em Brasília, mas está difícil para abrir essas portas.

O que nós temos hoje para atender à população de rua é fuzil, metralhadora, rifle e ordem de atirar para matar; é isso que nós temos, então vamos tentar reverter isso. E que Deus nos ajude, mas o Deus verdadeiro, cada um na sua crença, na sua religião, não o dessas bancadas da bala, que põem a Bíblia na mão para destruir a gente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Próximo, Daniel de Almeida.

Eu estou aqui fazendo o papel do chato, porque estou coordenando a Mesa. Ainda temos 16 inscritos, duas pessoas da Mesa para falar, 18, e já são quase 11h20, então o tempo está meio escasso. Gostaria que as pessoas tentassem ficar nos três minutos, para conseguirmos escutar todos, porque a fala de todos é muito importante.

O SR. DANIEL DE ALMEIDA – Apesar dos pesares, bom dia a todos, bom dia aos representantes legítimos de quem mora nas ruas, nas calçadas, bom dia a essa egrégia Mesa, ao representante do Ministério Público, o salvaguarda dos direitos do cidadão.

Dou as boas-vindas ao Sr. Anderson. O senhor anda sumido, apareceu. Seja bem-vindo. O senhor anda sumido, faz tempo que nós não vemos o senhor. Que o senhor faça realmente respeitar nossos direitos. O senhor não quer amizade com ninguém (ininteligível) amigos, não é? Eu, particularmente, não me interesso pela vossa amizade. Eu quero representatividade da nossa classe. Se é que o senhor me entende.

Outra coisa: assistência social. Eu devo ser assistido socialmente, assistido em todas as minhas necessidades. Mas o que eu vejo várias vezes, vi ontem mesmo, “Olha, se você estiver contente aqui... Se não estiver, caia fora, porque, se eu sair daqui, eu sou transferido para outro setor”. É o que eu ouço todos os dias: “Se eu sair daqui, eu vou ser

transferida ou transferido para outro setor. Se você não estiver contente, você que se retire do local”. Eu acho um impropério muito grande, isso saí, sendo que não estão fazendo nada por amor, por carinho, eles estão sendo ressarcidos para isso e eu estou sofrendo descaso.

Outra coisa, que o companheiro falou aqui: albergue. Funcionários não têm autoridade. Tem uma meia dúzia que fica na porta dos albergues ditando as ordens e oprimindo funcionários, então os funcionários dos albergues fazem o que essa meia dúzia, que se dizem irmãos, representam o crime, obriga a fazer. E eu, com a razão, passo pelo errado, porque os funcionários que deveriam representar realmente os albergues se deixam levar por essa meia dúzia de pessoas, não têm autoridade. Então a assistência social está à deriva, está deixando a desejar.

O que eu vejo, às vezes, na representação, nós dependemos de força maior, que é o Ministério Público, que é o salvaguarda dos direitos do cidadão. Eu sempre reconheço isso. E que Deus nós abençoe se nós dependermos de serviço social, que nos munda de lugar, para lá e para cá. Dependendo da minha aparência, da minha idade, eu sou bem recebido, dependendo (ininteligível) por mim. Se preocupam em preencher uma folha, com meu CPF, meu RG, nome da mãe, filiação. Aí quando eu necessito, no final, “Olha, seu Daniel, eu não posso fazer nada por você”. Mas antes disso eu preencho uma ficha com RG, com CPF e tudo, e vai encaminhar para as pessoas como coisa que eu fui atendido, sendo que não fui.

Encerro minha fala porque, como sempre, morador de rua sofre esse tipo de mordação. É mordação. Um pode falar cinco minutos, outro dez, mas o morador de rua vai sempre ter esse tipo de mordação. Obrigado, senhores. Tenham um bom dia, uma boa tarde.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora a Giulia, coordenadora de políticas da população em situação de rua.

A SRA. GIULIA PEREIRA PATITUCCI – Bom dia. Quero saudar a Mesa. Obrigada pelo convite. Estou aqui representando a Secretária Berenice, de Direitos Humanos.

São Paulo aderiu à Política Nacional para População em Situação de Rua em

2013, então é um marco importante, quando a gente cria a Coordenação Pop Rua e o Comitê Pop Rua. Não que antes não existissem políticas e programas para essa população, mas é um momento importante porque é uma instituição que vai pensar a política de forma de forma integrada, vai olhar para todas essas áreas que vocês estão destacando aqui, trabalho, educação, moradia. Por isso que é tão importante isso estar em Direitos Humanos.

No processo de implantação da política aqui em São Paulo, foi feito junto com o Comitê Pop Rua e as equipes técnicas de várias secretarias, o Plano Pop Rua, que é esse aqui em 2015-2016. Agora, no Legislativo, tem um projeto de lei da Política Municipal para População em Situação de Rua, um instrumento superimportante para a gente aprovar. A Secretária Berenice, ontem, no evento do prêmio, deixou claro que ela também defende que esse projeto seja aprovado, porque aí a gente consegue consolidar a política.

A Secretaria de Direitos Humanos fez reuniões com várias secretarias para construir esse Plano, também com o Comitê Pop Rua, então a ideia é pensar a política de forma intersetorial, considerando a participação social, considerando também todas as diferenças entre os bairros da Cidade, porque a realidade da Sé é diferente da realidade da Mooca, de Santana e de Santo Amaro.

Vale considerar temas que estão contidos no PL, que vocês falaram aqui, por isso a importância de a gente debater esse texto, pensar como ele foi escrito, se contempla todas as demandas que vocês estão falando. No PL a gente fala do censo, superimportante para planejar políticas públicas; da habitação, moradia definitiva, não só moradia própria, mas também locação social; políticas de educação, assistência social, saúde, segurança alimentar – o PL contempla também. Fala da peculiaridade de pensar políticas para crianças e adolescentes em situação de rua; do direito à cidade, tanto no acesso aos equipamentos, mas também banheiros públicos, pontos de água potável, mobilidade – tudo isso está nesse projeto.

É importante a gente olhar para ele e detalhar cada vez mais e debater...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. GIULIA PEREIRA PATITUCCI – Está bom. Vou só concluir. É isso que eu

queria falar. Terminei minha fala. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora, Tomás, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O SR. TOMÁS – Bom dia. Cumprimento a todas as pessoas que compõem a Mesa, mas principalmente o público que está aqui hoje.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. TOMÁS - Por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. TOMÁS – Do PL? É esse documento que está aqui atrás, inclusive.

Quero agradecer a presença de todos que estão aqui para dar contribuição, para ouvir o que a população tem a falar quanto à política para população em situação de rua, e fico muito feliz que tenha sido neste espaço que já está virando a casa do Comitê Pop Rua. Já faz alguns meses que a gente tem realizado nossas reuniões aqui.

Até duas semanas atrás eu estava na Secretaria de Direitos Humanos, eu coordenava o Comitê Pop Rua. Agora fui para SMADS, vou deixar esse filho para uma pessoa mais que capaz tocar. Também vim representando a Secretária Berenice, que está acumulando as duas pastas, mas vim pela Secretaria de Assistência.

Só uma correção: não sou o Secretário, como mencionaram aqui anteriormente, sou só um assessor do gabinete.

Essa proposta do projeto de lei é riquíssima, é um avanço significativo para a população em situação de rua na Cidade. Como várias pessoas falaram, não vou me alongar. É isso, ele é uma previsão, na teoria; o próximo passo agora é a gente lutar para conseguir que as previsões desse Plano sejam implementadas na prática. Daí vem a pressão, a participação popular para conseguirmos fazer um decreto que regule a lei, que seja de fato de acordo com as demandas da população. Sem ouvir vocês, não faz o menor sentido ter uma política feita no gabinete, que não escuta a população destinatária dessa política. Como a Giulia já mencionou, a Secretária Berenice é favorável ao PL. Temos feito articulações no Executivo

para fazer um projeto bastante alinhado e que consiga ser aprovado.

É isso. O ponto de uma audiência é ouvir a população. Acho que vocês não querem ficar aqui me ouvindo falar do PL, então restituo o tempo para dar seguimento à escuta da população. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – José França.

O SR. JOSÉ FRANÇA – Bom dia. Meu nome é José França, morador de rua da área central. Eu queria dizer que eu não sou de movimento, não sou vinculado a partido. Isso não significa que eu não converse com partido; tenho conversado com partidos diversos.

Quero falar sobre esse projeto. Eu li esse projeto e vi que se trata tanto de assistência, saúde, habitação e trabalho. Talvez muitas pessoas que não participem de reuniões, de fóruns, fiquem um pouco desinformadas. Teria que ter uma audiência para discutir cada pasta dentro desse projeto.

Esse projeto já teve a primeira votação, vai para uma segunda votação, vai para o Prefeito, o Prefeito pode vetar. Eu acho que está muito extenso, tinha que dar mais uma enxugada nesse texto. O Prefeito pode vetar alguns itens, ele pode retornar, pode chegar a uma próxima audiência e ser discutido isso aqui, de novo.

Eu não sou iludido com um projeto de lei, porque não significa que o Prefeito que estiver na gestão vai executar. Ele tem autonomia, ele não é obrigado a executar, então isso não me ilude absolutamente nada. Mas se uma pessoa que não tem conhecimento de política ler isso aqui, vai pensar que é o paraíso da população de rua. Isso aqui não me ilude absolutamente em nada.

A gente teve uma reunião com o Prefeito Bruno Covas e a gente foi até criticado porque teve esse momento com o Prefeito. As pessoas que criticaram a gente são pessoas que não têm acesso e, mesmo assim, nos invejaram, porque a população de rua tem sua própria autonomia, ela é protagonista. A partir do momento que você permite que alguém o represente, tome cuidado com isso. Aqui ninguém me representa, eu estou aqui me representando.

Essa foi uma questão que o Prefeito deixou bem claro, que a gente está tendo contato com secretário dele, que é isso. Não só nós, mas qualquer morador de rua aqui que quiser ter contato, conversar como Prefeito, com um secretário, pode ir, gente. Não só nós temos esse privilégio, não. Qualquer pessoa, morador de rua, tem essa oportunidade e cada um de nós tem que ter essa autonomia. Todos nós temos direito de sentar com o Prefeito ou com um secretário.

Eu tive um evento com o Secretário de Assistência, o Marcelo Del Bosco. A gente não anda divulgando o que a gente está fazendo. Eu ali fora, agora, um monte de gente falando, aparecendo em televisão. Quer aparecer. Eu prefiro fazer as coisas por debaixo dos panos.

Eu queria saber o seguinte sobre os Vereadores daqui da Casa. Daqui a dois meses vai ter audiências públicas de orçamento. Quando os vereadores estão fazendo a apresentação desse projeto, eu gostaria de convidar todos para estar nas audiências de orçamento, para ver quanto de emenda parlamentar cada vereador, desses que estão nesse projeto, vai disponibilizar para as pastas que estão nesse projeto.

Falar aqui é bonito. Eles falaram até cinco minutos e para a gente são três minutos. Então é bom a gente estar atento a tudo isso. Para entender política, você tem de estar no meio dela. Se os caras falam, é até arriscado você chorar. Eu não sou iludido com isso. Eu quero estar aqui, eu quero ver, de cada vereador citado aqui, quanto de emenda parlamentar vai dar para esse projeto, porque precisa de emenda. A gente sabe como está a estrutura das secretarias, então é bom que a gente participe.

Eu vou concluir, que a moça pediu. É isso, pessoal: ficar atento a tudo. Eu verifiquei que apenas dois vereadores desses aqui... Eu fui na Controladoria Geral do Município, verifiquei que apenas dois vereadores desses aqui citaram emendas para a população de rua. Uma não foi executada para a população de rua, outra ainda está em andamento, mas a gente está acompanhando. A gente tem que ficar atenta a tudo, tudo. Eles pensam que morador de

rua é trouxa. Nem todos são.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Daiane Cristina Fonseca de Oliveira.

O SR. - Posso dar uma informação, enquanto ela chega ao microfone? Questionaram sobre o fechamento do Autonomia em Foco. O Autonomia em Foco não será fechado. Eu não lembro quem fez a pergunta. Não será fechado (Palmas)

A SRA. DAIANE CRISTINA FONSECA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos, Mesa, bancada.

Meu nome é Daiane. Eu vou contar um pouco da minha história. Eu sei que cada um aqui tem seu particular. Eu fui numa reunião e aprendi que cada um é um indivíduo, cada um tem seu respeito, cada um tem que ser respeitado como é.

Minha situação é: eu nunca fui moradora de rua. Eu estou em situação de rua, me colocaram em uma situação de rua. Derrubaram minha casa, me colocaram num albergue. Eu nunca sabia o que era um albergue na minha vida, me colocaram com duas crianças. E quem fez isso? A Prefeitura, a subprefeitura fez isso.

Eu tive uma infância difícil, como qualquer um aqui criado na periferia. Batalhamos para comprar uma casa, compramos a casa da mãe, crescemos, cada um foi comprar a sua. A minha foi derrubada, um trator foi e derrubou, me colocou uma situação que eu nunca esperava na vida: ficar na rua.

Mas na rua eu aprendi que nós somos uma família, porque nós somos um conjunto.

Hoje, está todo mundo aqui lutando por um bem comum. Eu não fui ouvida pela SMADS, nem pela subprefeitura, ou pelo Edifício Martinelli. Ninguém me escutou, nem me ajudou. Ninguém estendeu a mão para mim.

Hoje, fico de ocupação em ocupação, sendo sujeita a todo tipo de lei e regra, como a gente é também, por enquanto, dos parlamentares, dos políticos. Todo mundo fala, fala bonito, mas executar, sair do papel, não sai. (Palmas) Só falam. Falam de leis que a gente nem conhece, falam de números. Palavras que nunca ouvi. Mas chegar na prática ninguém chega.

Fui sorteada no PPP também. Viu moça? Fui sorteada. Sabe o que a assistente falou para mim que sou catadora, recicladora? O que eu estava fazendo lá? Foi isso que ela me disse. Qual é o seu salário? Eu falei: não tenho.

Nós passamos essa situação. Você vai dormir, como eu dormi no Alcântara, quando a minha casa caiu, eu não sabia o que era um albergue. A perua foi me buscar meia noite, os meus filhos estavam dormindo ao relento, no chão. Todo mundo já tinha ido, mas eu, mãe, tinha de procurar um lugar para ficar.

Quando cheguei lá tinha cinco homens dormindo no meu quarto. Pergunte se eu dormi? Eu fiquei sentada vendo meus filhos dormirem, com medo daqueles homens que nunca vi na vida.

Colocam você em situações, obrigam você a viver coisas que nunca imaginou, depois de 30 anos de idade.

Eu tinha imposto, eu pagava; eu tinha água, luz. Eu comprei a minha casa. Quando chego ali, na São Bento, no Edifício Martinelli, nem da portaria me deixam passar. Falam para ligar para o fulano e dão o número, liga para sicrano. Quando você liga, todos ficam passando de ramal em ramal e você não é atendido por ninguém. (Palmas) Por ninguém. Todos nós passamos por isso. É esse o tratamento que recebemos. É assim que somos ouvidos.

Aí discute política pública? Eu também fui lá procurar meus direitos. Sabe o que ele falou para mim? Ah, você é uma exceção. Na Defensoria Pública me falaram: você é uma exceção. Se eu sou uma exceção e não conseguem resolver? E nós que somos a massa. Se eu só um só indivíduo e eles não conseguem devolver a minha casa que eles derrubaram, e nós todos agora aqui? Como vão dar moradia para nós todos, saúde para nós todos, escola para nós todos?

- Manifestação na galeria.

A SRA. DAYANE CRISTINA FONSECA DE OLIVEIRA - Como? (Palmas) Eu sou mãe.

- Manifestação na galeria.

A SRA. DAYANE CRISTINA FONSECA DE OLIVEIRA - É verdade. É verdade.

Sabe a dificuldade que eu tenho? Em ficar com o meu filho em uma única escola. Sabe o que acontece vivendo de ocupação em ocupação? O meu filho não consegue terminar o ano letivo em uma única escola. Ele é reprovado, porque eu não tenho a minha casa, não tenho endereço fixo, não abro conta em banco. Você não faz nada.

Colocam a gente numa situação e não tiram dela nunca. Parece que eles não querem perder o emprego, perder os bens que têm. Eles têm caminha e nós não temos, nem para colocar os nossos filhos.

A situação do nosso país é crítica e está indo de mal a pior. Se a gente realmente não acordar e não nos unirmos enquanto pessoas, enquanto semelhantes, enquanto irmãos em vários grupos, sem citar, sem denominação, apenas seres humanos. Se a gente não se juntar, a massa vai nos engolir. Eles vão nos engolir e nós não vamos chegar a lugar nenhum

Quero deixar aqui a minha dor, o meu desabafo, não é nem mais uma expressão, é minha dor mesmo como mãe e com medo dos meus filhos irem parar lá numa cracolândia da vida. Por que se a gente não lutar, se eu não levantasse todos os dias e pedisse a Deus força, eu estava lá e meus filhos também. E não é nos apartamentos bonitos não, era na rua mesmo.

Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS – Aqui a pessoa tem que ajoelhar para subir no degrau, não tem nem degrau aqui, quem é responsável por aqui? Tem que ajoelhar, tem que ajoelhar para os Vereadores porque não tem degrau aqui. Onde é que estão os Vereadores que não põem nem degrau aqui para a gente subir? Tem que ter degrau aqui, ou, se não, uma rampinha. Já tem que começar aqui pela bancada, trabalhar, tem que trabalhar, por uma escadinha aqui ou uma rampinha, tem que ajoelhar aqui. Tem que reclamar mesmo, nós temos nossos direitos e deveres. Esse é o nosso direito, nós temos direito de ter e dever também de respeitar, com respeito, desculpem, Vereadores, mas tinha que ter uma rampinha aqui e uma escadinha. Está aqui o Ministério Público. O senhor é do Ministério Público, né? Não tem não o

Ministério Público? Está faltando o Ministério Público aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTÔNIO CARLOS – Então o senhor está enganando a gente também, não pode enganar não, fala a verdade. O senhor falou Ministério Público, é Defensoria Pública? Então está bom, está escrito ali. Sempre falei para o Tomás aqui: “Tomas você reivindicou algum dia pelo Ministério Público Federal?”. Fala a verdade, duas pessoas falaram aqui, cadê o Tião, é expulso ou não é dos municípios, estados e por aí Brasil afora? Aí as pessoas vêm parar em São Paulo sofrendo na friagem, na rua, dormindo na calçada e dormindo embaixo do viaduto. Pessoa de outro estado, de outro município. Está ali o Tião que é testemunha, não sou eu que estou falando, falei com a senhora ali, foi ou não foi senhora? Que um foi expulso lá em Minas? Deram só três dias para ele, em cinco dias, pega o beco, vai embora, igual o Tião falou ali, quer uma passagem? Quer para aonde? Só porque era daqui do município de São Paulo.

O município de São Paulo para quem está aqui é o único no mundo, na Terra, que acolhe todos, não faz distinção de pessoas, nem de país, nem de estado, nem de município. Eu estou aqui para falar a verdade. Está ali o Tião que é testemunha e eu falei para a senhora. A senhora conhece o Valter, não foi? O escurinho? Que eu falei para a senhora, está ali, é testemunha. Então, não sou eu que estou falando, tem testemunha, que o Brasil por aí afora expulsa as pessoas.

No Espírito Santo tem um albergue lá que você chega e faz cesta, vassoura, eles te dão um lanche e um banho e pega o beco. Aqui nos outros municípios do estado de São Paulo também. Então, sempre reivindiquei com o Tomás, para o Ministério Público Federal dar Bolsa Aluguel em todos os estados e municípios do Brasil, Bolsa Família e Bolsa Renda, tem que ter. Não é vir parar aqui em São Paulo para sofrer na rua, nem debaixo de viaduto na friagem e na chuva igual a gente vê muita gente de outros estados e de outros municípios do Brasil sofrendo aqui no município de São Paulo. Não era para estar aqui sofrendo, era para estar nos estados deles ganhando Bolsa Renda, Bolsa Família e Bolsa Aluguel.

Igual tem muitos aposentados aí na calçada fazendo número e muitos também...eu

conheço um casal, dois filhos, e eles dois recebem Bolsa Aluguel, Bolsa Família e estão lá gastando o dinheiro à toa também, não é justo isso. Só falar e não ver resultado. Igual a senhora falou ali. Tem pessoas na Sé com família, criança, e, às vezes, estão até recebendo Bolsa Aluguel, Bolsa Família e estão gastando dinheiro à toa também. Tem gente que aluga prédio, aluga casa, também estão na calçada para poder economizar. Também não é justo. Foi o que aquela senhora falou. Qual o nome da senhora? Elisa. Então a senhora falou a verdade. Em São Paulo não tem muita gente dormindo na calçada, nem embaixo de viadutos. E não são moradores de rua. Somos precisário. Nem carro mora na rua. Eu não sou morador de rua. Somos precisarios. Passei 43 anos por aí em São Paulo, nunca gostei de falar de morador de rua, sim, precisario. Eu visto tudo doação. Doação das igrejas, instituições que doam à noite. E tem muita gente no CTA que eu falei aqui outro dia, que sai do CTA, vão para as calçadas para ganhar: roupa, kit de higiene e os kits alimentos. Não é justo. Então vocês têm de anotar tudo isso aqui. Os Srs. Vereadores de anotar tudo isso, reivindicar o Ministério Público Federal para dar condições nos Estados e nos Municípios do Brasil. Muitos Estados, como vimos ai nos jornais, quase 10 mil pessoas nos Estados recebendo bolsa aluguel. É justo? Tirando aquilo que é de São Paulo. O Município de São Paulo que precisa acolher as pessoas para dar condições, uma renda mais. Que é de 400, pode ir para 600. Quem tem de dar condições é o Prefeito e o Governador de lá, do Estado deles, que tem de dar bolsa aluguel, bolsa renda e Bolsa Família e reivindicar ao Ministério Público Federal. Não é só que vem de outro Estado, falar aqui que o Município é obrigado a dar para o mundo inteiro, Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO CARLOS - O problema é o seguinte: nós aqui de São Paulo, reclamam muito de barriga cheia. Quando eu cheguei aqui, não tinha nem albergue. Não tinha nem albergue. Eu dormia em cima de papelão. Fui o primeiro a inventar o papelão. Muitas vezes reclamamos de barriga cheia, concluindo, quero dizer que o Brasil tem que dar condições a todos: Bolsa aluguel, bolsa renda e bolsa família. O Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Com a palavra o vereador Xexéu.

O SR. REGINALDO TRIPOLI – Bom dia a todos! Vocês não deve me conhecer, nunca me viram em nenhuma manifestação e eu acho que vocês também não vão me ver em nenhuma manifestação defendendo a causa de vocês que é muito legítima e muito grandiosa. Quando o vereador Suplicy me convidou para ser o coautor desse projeto eu coloquei para ele uma condição...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. REGINALDO TRIPOLI – Quer se inscrever aqui, irmão, para falar? Se inscreve e fala. Agora estou falando, você por favor, ouça o que eu vou falar para você. Eu defendo a causa animal e Meio Ambiente, não sou da área. Não conheço a área, estou aqui para ajudar vocês.

O rapaz que falou agora a pouco sobre as emendas parlamentares, as minhas emendas elas vão, praticamente, todas para proteção animal. Tenho uma emenda de dois milhões para Secretaria de Saúde para que ela colocasse os castra moveis na periferia para atender as pessoas em vulnerabilidade com seus cães. Castrar os animais, cuidar dos animais. Esse é o meu trabalho, e é nisso que eu posso ajudar. A condição que eu coloquei ao nobre Vereador Suplicy foi que eu fizesse uma emenda no projeto dele, ele aceitou, que todos os animais e os materiais, como casinha, roupa de animal, alimento do animal, sejam proibido de ser recolhidos. Não pode mais, nesse projeto, nem o animal e nem os pertences do animal. Eu acho que esse projeto do Vereador Suplicy e coautoria de todos os Vereadores presentes mais alguns que não estão, acho que a Vereadora Patrícia Bezerra, não está aqui, ele não resolve o problema de vocês e nem da população de moradores de rua. Ele ajuda. Ele é um avanço, ele é um grão no meio de uma montanha.

Então, uma coisa que eu só queria dizer aqui é o seguinte: falar com as pessoas que têm a mesma opinião que vocês é fácil, é muito fácil; eu quero ver discutir com quem tem outra opinião e você ter calma e tranquilidade. Entre vocês, vocês não podem ter esse tipo de divisão. Cada um tem uma opinião, mas todos vocês estão querendo a mesma coisa.

Faço até um apelo a vocês: passem união, criem formas adequadas. Às vezes, eu

falo, assim como todos os Vereadores, com pessoas na Câmara que não concordamos em nada, mas a gente para, escuta, conversa e coloca a posição, como eu estou falando da minha aqui. Estou falando que não vai ter emenda minha para morador de rua, mas vai ter para os animais dos moradores de rua.

Eu poderia estar aqui mentindo falando: “não, deixa comigo, vou ajudar, vou resolver.” Vocês não vão me ver na frente de viatura, vocês não vão me ver fazendo alarde que eu vou resolver como Vereador. Estou aqui para ajudar. Eu sou um grão de areia no meio de um monte de coisa, como todos os Vereadores aqui também são.

Esse projeto é muito importante de ser aprovado e é um avanço. Tomara que isso traga um benefício enorme para vocês, para todos, porque vocês estão representando milhares de pessoas. Não são centenas, são milhares de pessoas.

Não vejo um ser humano, Vereador, Deputado, cidadão, padeiro, quem quer que seja, que queira ver as pessoas na rua. Ninguém quer que as pessoas vivam na rua. Só que é um problema complexo, é uma coisa enorme e a gente vai tentar ajudar no que for possível.

Agradeço a vocês. Pedi ao Vereador que eu pudesse falar porque eu tenho que ir a outra comissão e vou me ausentar. Nesta área que eu atuo, vocês podem contar comigo e eu acho que já estou ajudando porque hoje o castramóvel já está em Parelheiros, na zona Sul, castrando gratuitamente os animais dos moradores de rua. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora, Osvaldo Rovetto, ele é psicopedagogo.

O SR. OSVALDO ROVETTO – Tudo bem, gente?

A minha fala é simples, concreta, pequena porque tem muita coisa e nos últimos 10 anos, eu convivo e trabalho nesses movimentos para ajudar em casas de acolhida vinculadas à Igreja Católica. Isso não significa que não haja outros movimentos religiosos que fazem esse trabalho. Não estou questionando nada, simplesmente porque a Igreja Católica é a maior do mundo que faz trabalho social no mundo todo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. OSVALDO ROVETTO – Calma. Calma. Calma.

Em função de tudo isso, há aspectos que eu venho analisando. É importante incluir porque a gente faz, eu faço há muitos anos, que é a arte e a cultura. Tem muitos moradores não só de rua que têm um nível ótimo de formação e morando na rua. Não por ser morador de rua, você é uma pessoa capacitada. Então onde está o erro? Por isso você vê as manifestações que se tem e dizem: “puxa vida, como fala esse cara! Mas mora na rua.” Mas ele por um aspecto X da vida, falta de inclusão, nós não temos inclusão.

Eu sou estrangeiro. Vivo aqui há 40 anos.

- Pronunciamento feito por orador estrangeiro. Transcrição prejudicada.

Meu foco é América Latina, o pessoal que vem de fora, tudo bem. Inclusão é a consciência, quando se faz muitos movimentos, mas não se tem consciência do movimento que faz, então ele fica vazio. É isso que está acontecendo, um vazio imenso. Por que você tem um vazio? Por que se perdeu a identidade. Quando você perde a identidade, você não tem raiz, não tem base. Então, fica ao relento.

Dois casos, mas na verdade... eu sou psicopedagogo e sou arte terapeuta. Trabalho com terapia na arte, eu trato muitas pessoas. Eu quero, não quero... os depressivos: “Você é depressivo? Eu não sou.” Mas você vê que a depressão está tomando conta de todos nós. Temos que ter consciência. Então o recado, a possibilidade de incluir mais as artes, mais as manualidades, mais o trabalho de consciência real no bate papo com todos os moradores em situação de rua, porque você para atingir uma meta e precisa ter base. Quando você perdeu a base, perde a consciência, quando perde a consciência, perde identidade. Quando não tem identidade, não tem raiz, quando não tem nada disso... então, obrigado a todos vocês. Viva a arte, viva todos nós e um abraço.

Muito obrigado. Deus no coração.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Sra. Denise Adriana. Registro a presença do Sr. Rafael Lessa, coordenador do núcleo de direitos humanos, da Defensoria Pública do Estado.

A SRA. DENISE ADRIANA – Bom dia para os meus irmãos da rua. A minha maior felicidade é quando eu chego num lugar e vejo moradores de rua. Já há oito anos eu participo no Brasil todo e não vejo morador de rua em evento nenhum e o evento é para os moradores de rua, para tratar das nossas questões, mas não vejo morador de rua nenhum lá. Isso me deixava muito chocada, mas quando vejo meus amigos, já saio abraçando, gosto muito de encontrar com os meus irmãos aqui. É meu maior prazer.

Faço da fala do Franz a minha, que eu não preciso de ninguém para me representar porque a gente mesmo tem voz e nós somos maioria. Eu venho de novo falando sobre a mulher. Lá no Rio de Janeiro criei o Movimento de Mulheres em Situação de Rua, que também faz parte a população LGBT e criamos o Picnic Rosa, que é educativo e o 8M.

Quando eu cheguei na cidade de São Paulo, fui convidada por um grupo que se formava: o “Fala Mulher” e eu cheguei muito contente porque eu me baseio em leis, ensino leis. O Robson perguntou se os moradores de rua sabiam ler? Ele ensinou? Eu vejo muita gente dizendo que é militante, mas não está na rua, nem convidando para vir aqui, nem falando o que aconteceu aqui e nem ensinando a ler. Eu quando venho com as minhas meninas elas sabem o que estão fazendo e eu ensino a ler para elas antes. Você tem o direito à moradia por isso, a cartilha Lei Maria da Penha, é isso, porque os saberes nós temos de compartilhar. Eu cheguei nessa cidade aqui contente porque vi várias leis que beneficiavam mulheres, mas na prática, não é isso que está acontecendo. Primeiro, eu me deparei com a ligação do 156, que até hoje não veio me buscar na rua. As mulheres têm seus direitos violados, quando a companheira Eliane falou da violência dentro dos abrigos, quando consegue um abrigo, é uma coisa horrorosa: é soco no olho, é facada, é mulher morta.

Por último, agora que o tempo é curto, convidei seis pessoas para vir, mas só vieram três pessoas, todas com medo de falar. Sempre digo que não quero falar mais por outras pessoas, mas quando a gente é líder, a gente tem que botar nossa cabeça na guilhotina e eu vou falar o que está acontecendo. Depois de muito custo, com a ajuda da Defensoria, eu consegui entrar no projeto Autonomia em Foco, e fiquei muito assustada com o que vi ali,

porque de autonomia não tem nada.

Conheço uma amiga, a Gaúcha, que procurei ontem para ela vir. A Gaúcha trabalha dois anos e meio no POT e não consegue entrar na Autonomia. O pessoal LGBT não consegue entrar na Autonomia, mesmo sendo pessoas qualificadas. Eu mesmo falo três idiomas e sou formada, sou Secretária Bilingue, sou educadora social, e como o pedagogo falou aqui: por que nós não podemos estar inseridos no trabalho?

As mulheres de lá onde estou são obrigadas a serem vítimas de violência do marido, porque eles me mandaram um projeto chamado Francisca Franco, eu me senti empoderada, me senti bonita, estou fazendo curso de empreendedorismo, mas quando cheguei no Autonomia em Foco, vi que temos um bloco só de homem, e as mulheres apanham dos companheiros. Eles falam para a gente que a gente não pode separar do marido, chamou a minha atenção, que eu não podia separar do marido.

Então, ensina a Lei Maria da Penha, a fazer B.O., medida protetiva, mas se o projeto fosse Autonomia em Foco, eles colocariam a mulher no emprego e a primeira coisa que fariam era tirar o agressor de perto. Já estou adoecendo por causa de tudo o que vi na rua, eu moro na rua há oito anos, eu tenho depressão; e agora eu estou adoecendo mais por esse projeto, que escuto as mulheres apanhando e aumentando a televisão para que os vizinhos não escutem as agressões. E são os próprios funcionários ali de dentro que falam que se a gente se separar do companheiro nós vamos para a rua.

O pior caso que presenciei é de uma pessoa que está aqui, mas que não tem coragem de falar. A mulher mora na Autonomia em Foco, com o marido, as filhas e a mãe dela, que já é idosa. Quando ela resolveu se separar do marido agressor, ela não teve nenhum apoio da Autonomia em Foco, onde falaram que a mandariam para um abrigo feminino. Ela falou: mas a minha família sou eu, as minhas filhas e minha mãe. E falaram: “Não, senhora. Se você não sair daqui, vou colocar a sua mãe num asilo”. Ela até foi obrigada a casar com um amigo, na rua, um casamento de união estável para permanecer na Autonomia e não ir para rua.

Nós temos o da Liberdade, que é onde eu estou vendo as agressões; e também do da Armênia, onde foi assassinada uma LGBT, uma transexual, e ninguém falou disso aqui. Ela foi assassinada por espancamento. Tem um casal transexual com quem eu converso todo dia no pátio, que também foi convidado diversas vezes por mim para estar aqui, mas eles disseram que não conseguem entrar no Autonomia em Foco por ser um casal trans.

Então essas pessoas que trabalham na assistência social têm que estudar antes de ser educador social. Na OAB, está o conceito de família. Se eu for uma mulher sozinha, eu sou uma família. Como dizem que a mulher não pode ficar com a mãe dela e as filhas no Autonomia em Foco? E um casal LGBT também não pode; a minha amiga Gaúcha que trabalha dois anos e meio também não pode e tem que morar num abrigo miscigenado porque é uma mulher solteira. Onde está a Lei Maria da Penha?

E sobre a questão de separar as famílias, a gente tem que tomar vergonha, porque o artigo 227, da ONU, fala que não pode tirar a mãe dos filhos e nem os filhos da mãe; muito menos essa senhora idosa separada da filha dela e das netinhas. Então, por favor, façam as fiscalizações.

Queria entregar uma cartilha da Lei Maria da Penha lá e falaram que tinha de pedir autorizações. Aí eu vou escondida debaixo da porta e coloco na porta das mulheres que estão sendo espancadas todos os dias lá. É isso. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora, Ismael Bispo da Silva.

Depois do Ismael vai ser o André Lucas.

O SR. ISMAEL BISPO DA SILVA - Meu nome é Ismael. Sou delegado da 5ª Conferência dos Idosos. Eu fico muito surpreso somente de ver coisas que jamais eu vi na minha vida com esta idade de 63 anos e estou vendo coisa absurda. Nós estamos aqui no Estado de São Paulo, eu não estou no Norte, lá na roça. Hoje estou no Estado de São Paulo. Eu estou vendo... Cadê a assessoria pública? Desculpe o senhor, desculpe-me toda a Mesa, estão dormindo. Todos estão falando uma coisa e não tem necessidade de falar outras. Só sabem somente enganar o pessoal. Todos falam uma coisa ou outra. Falaram já dos idosos?

Ninguém lembrou ainda.

Como delegado dos idosos, estou defendendo não só agora, como lá na OAB também defendi os idosos e em todos os lugares defendo os idosos porque nós fomos modernos ontem e amanhã somos idosos.

Eu vejo idosos morrendo de frio. Tem idoso que não tem um lar, tem idoso que não tem um aconchego, não tem respeito, não tem moral, não tem saúde, não tem segurança. Cadê a segurança? Mostra para mim. O idoso precisa de segurança.

A segurança dele é quando nada, um LOAS para poder ele comprar medicação, ele tem como comprar uma roupa e não mendigar de ninguém, ele tem que ter um lar disponível para eles. Cadê a Defensoria Pública? Cadê o CRAS?

Estou falando porque isso aí está entrando também. Tem um CRAS, tem CREAS, tem uma Defensoria Pública, tem um fórum, tem OAB, tem tudo. Eu estou participando de todos os eventos, mas ninguém se manifesta sobre os idosos.

Teve idoso aqui na Santa Cecília que morreu de frio, aquele frio bravo. Foram cinco. O idoso não tem oportunidade nem de fala e nem de voto. Se por acaso pega um idoso e leva para um albergue, ele está junto de elementos de alta periculosidade, elementos drogados, elementos encachaçados, mentirosos, elementos que são ex-presidiários. O idoso talvez não tenha nada disso. Ele necessita de quê? De um aconchego. O idoso, o que ele faz? Ele precisa é de uma residência. O idoso precisa de segurança, precisa de respeito e moral. (Palmas) Principalmente ele ter respeito por parte da Defensoria Pública, do Poder Legislativo e de todos os outros poderes. Muito obrigado, senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora, André Lucas.

O SR. ANDRÉ LUCAS – Primeiramente, boa tarde a todos. Gostaria de parabenizar a Mesa por esse evento, porque é de extrema importância a discussão desse projeto. Começo dizendo que sou homossexual. Eu não existo para este país. Nunca fui colocado no censo a questão do LGBT. Mesmo quando eu tinha moradia, quando eu morava com minha família, eu nunca fui colocado no censo. Agora, outra vez, estou sendo

negligenciado: porque estou em situação de rua, também não sou contabilizado. Na hora de o Governo cobrar os impostos e os deveres eleitorais, aí eu existo; na hora de eu ter os meus direitos garantidos, eu não existo.

O que a companheira falou... Ela é uma amiga minha, o nome dela é Michele de Freitas. Ela lutou, brigou e conseguiu entrar no Autonomia em Foco, na Armênia. Ao chegar lá, se deparou com homofóbicos, que a espancaram. Ela teve várias fraturas pelo corpo e traumatismo craniano, de tanta madeirada que levou na cabeça. Infelizmente, ela não resistiu aos ferimentos e veio a óbito há 9 dias. Até quando o Poder Público vai fechar os olhos para essa população? O LGBT só é lembrado em épocas eleitorais e na hora de pagar imposto. Na hora de o Poder Executivo cumprir seu dever, essa população tem todos os seus direitos negados.

Mais uma vez digo: sou LGBT e sofro um tríplice preconceito. Sofro preconceito do Poder Público, da sociedade civil e também dos meus companheiros de rua. É lindo falar de união, mas infelizmente não existe união na rua. Não existe união. O LGBT só é aceito numa maloca – e está aqui a Verônica e outras pessoas LGBT que podem confirmar isto -, na rua, se ele é a “mula”, se ele arranja dinheiro para a maloca, se arruma comida, se arruma cobertas *etc.*. Comigo aconteceu o seguinte: eu tenho 3 costelas fraturadas porque eu me empoderei. Eu disse: “A partir de hoje, o dinheiro que eu conseguir será para mim, a comida que eu conseguir vai ser para eu comer e a coberta que eu conseguir vai ser para eu usar”. E o que aconteceu? Agressão, 18 pessoas me agrediram. Eu tive 3 costelas fraturadas. Aí, fui à Defensoria Pública, e o Defensor falou que eu não podia fazer nada, que como é que se vai fazer alguma coisa se são pessoas voláteis, não têm um lugar fixo; que não tem como abrir um processo. Desculpa.

Até quando os Poderes Executivo e Legislativo vão fechar os olhos para isso?

Para concluir, eu fui inserido em um albergue no Boracéia Barra Funda II e tive que sair escoltado de madrugada, pela GCM, porque a maloca da frente do Boracéia queria matar a mim e ao meu companheiro só porque somos um casal homoafetivo. “Aqui não é lugar de

viadinho, aqui não é lugar de boiola, vamos matar eles”. Aí, um funcionário ouviu, nos avisou, e fizeram todo um esquema para nossa segurança. Eu pergunto a vocês: até quando a Prefeitura vai fechar os olhos? Até quando SMADS vai fechar os olhos para isso?

Sou totalmente contra a segregação, mas ela é necessária. Eu sou gay; a Verônica é uma travesti e ela sabe muito bem o que ela sofre dentro de um albergue. Infelizmente, a sociedade brasileira não é educada, não respeita. Então, tem que ser criada uma segregação, tem que ser criados espaços para o público LGB; infelizmente. Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Próximo inscrito, Thiago Quintanilha. Depois, Rubens Aparecido de Moraes.

O SR. THIAGO SILVA QUINTANILHA – Boa tarde. Sou coordenador do Movimento do Grande ABC. Companheiro, o que você falou é realidade. Hoje a maior população de rua que temos em São Bernardo é justamente LGBT. Hoje brigamos – Soninha, pessoas da Mesa – dentro da Defensoria Pública para se criar espaço para o pessoal LGBT. Hoje a maior luta que temos em São Bernardo é contra atitude o Prefeito, que só sabe tirar os pertences da população de rua e LGBT, e contra atitude da Guarda Municipal, que agride pessoas LGBT e em situação de rua. Essa é uma briga que temos em São Bernardo, mas que não é só de lá, mas em todo o Grande ABC – São Caetano do Sul, Mauá, Rio Grande da Serra etc.. A Defensoria Pública de São Bernardo do Campo rejeita as denúncias que levamos para lá. Não sei se tem algum companheiro da Defensoria Pública do Estado presente. Nós brigamos para que tanto a população LGBT como a em situação de rua não sofra agressão.

Hoje a população de rua de São Bernardo não quer abrigo, quer moradia, como querem todos os companheiros presentes. Hoje a maior briga que temos em São Bernardo, no Grande ABC, é o Espaço LGBT e o Espaço PopRua. Hoje temos um abrigo, e há um ano lutamos, mas conseguimos a reforma do espaço. Eu perguntei para o Prefeito Orlando Morando se ele estava esperando cair o abrigo na rua para poder reformar. Hoje o dinheiro que era para a reforma dos abrigos, está servindo para inaugurar praças. Nós temos dois abrigos, a Casa de Integração Social, que fica no centro de São Bernardo e uma casa no Riacho Grande.

Em Diadema, conseguimos dez mil reais de verba para reformar e instalar um Centro Pop, mas até hoje eles não usaram esse dinheiro e ainda falam que a sociedade está rejeitando. Mas não é, porque temos um espaço ao lado do abrigo de Diadema que está há anos abandonado.

Então, companheirada, vamos à luta. A classe LGBT, a classe PopRua, a classe dos idosos e a classe das mulheres fazem parte do nosso movimento. Não sei se vocês se lembram, mas a nossa sede serviu de acolhimento para o pessoal do Paissandu. Eles chegaram lá querendo impor o regimento interno deles, mas o nosso movimento não aceitou, bateu de frente e disse que ali não cabia política, porque a política éramos todos nós. Nós acolhemos o povo e batemos de frente. Fui criticado, mas estamos aí na luta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE VESPOLI – Obrigado, Thiago.

O SR. ROMES APARECIDO DE MORAES – Bom início de tarde a todos. Não faço parte de nenhum movimento e sou um pouco ignorante de conhecimento de política. Vou contar um pouquinho da minha trajetória. Sou ex-presidiário, fui morador de rua, e o que me levou às ruas foram os meus atos, a droga; fui usuário de crack também.

A gente entende que tem o negro, o branco, o amarelo, o LGBT, mas o foco tem que ser o ser humano. Muitos defendem muitas causas e são muitos os pontos de vista. Eu mesmo estou num lugar um pouquinho mais alto do que vocês e estou enxergando de uma maneira; cada um enxerga de uma maneira, cada um tem um foco, mas o amor está faltando.

Eu não estou pregando nada, mas peço que escutem com atenção ao invés de ficarem mexendo no celular, porque, não adianta virem aqui ocupar um lugar na cadeira só para depois falarem que estiveram no local com fulano e beltrano. Não, que venham aqui para vir e absorver e praticar. É bem verdade que a grande maioria das pessoas que têm se colocado à disposição nas ruas é de civis dos bairros, prédios, vilas e cortiços onde moram. Essas pessoas se movimentam e arrecadam roupa. Tanta gente com empregada e não tem vivido, com os guarda-roupas cheios de blusa e muitos morrendo de frio na rua.

Amados, me perdoem, pois cada um tem a sua crença, mas, com todo respeito a

todos, gostaria de lembrar uma fala de Jesus Cristo, quando disse que teve fome e não lhe deram o que comer, teve frio e não lhe deram de vestir, teve sede e não lhe deram de beber. Os seus discípulos lhe perguntaram quando ele tinha tido sede, frio ou estivera doente que não lhe visitaram. Aí ele respondeu que, quando faziam por um dos seus pequeninos, faziam por ele. Por isso, vamos olhar para estes pequeninos com um pouquinho mais de amor.

Fala-se muito de corrupção, que um faz e o outro não faz, que um deixou de fazer, que um faz certo e o outro, errado, mas acredito que, quando acabamos com a corrupção dentro de nós, as coisas caminham de forma melhor.

Que Deus abençoe a vida de cada um de vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Sra. Julia Grilo.

A SRA. JULIA GRILO – Bom dia a todos. Vou ser bem rápida. Sou apenas uma cidadã que transita muito pela Cracolândia e não sei se esse é o lugar certo, mas eu vim aqui fazer um apelo a vocês ficarem atentos àquela região, porque a Índia leu um artigo que diz que 80% do pessoal que comprou apartamentos lá naqueles prédios não querem aquela gente, não querem os usuários, e o Prefeito, tempos atrás, disse, se vangloriando, que lá só havia 400 usuários; ou seja, diminuiu o número. Mas é mentira, eles continuam lá, e os que não estão mais lá é porque estão presos, sofrendo diariamente agressões e humilhações.

Já fecharam todos os Atende. Eu sei que é um serviço emergencial, mas é muito necessário para eles. O último Atende que ainda há lá é o da Rua Helvétia, que também vai ser fechado. É clara a intenção de tirar aquele pessoal de lá.

Então, só quero que vocês fiquem atentos, que olhem, que procurem saber todos os dias o que está acontecendo lá, porque, se forem para sair de lá, que pelo menos seja com dignidade, sem serem agredidos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Anderson Campos.

O SR. ANDERSON CAMPOS – Primeiramente um bom dia a todos e todas aqui presentes. Gostaria de parabenizar os membros da Mesa.

Uma coisa que a nossa querida amiga Denise, não se encontra aqui, veio falar, que a parte do Sr. Robson Mendonça não ensina ninguém, é mentira, porque todos nós vivemos a política todos os dias; por mais que não sejamos aceitos, algumas políticas, sim, acabam sendo invisíveis para nós. Estamos sofrendo nesses quatro anos como se estivéssemos vivendo um eclipse, mas não um lunar ou solar, mas o da cegueira do atual governo, que não nos dá visibilidade, é higienista e racista.

Hoje, às 9h, 20 pessoas em situação de rua no Viaduto Jaceguai foram revistadas e averiguadas sob a mira de submetralhadoras.

Outra questão que eu gostaria de trazer seria falar sobre a rua. Morei quatro anos na rua e sei que não é fácil. Esse projeto de lei é maravilhoso. Agradeço aos coautores. Ele, na teoria, é maravilhoso. A Vereadora Soninha Francine está aqui. A nossa querida amiga Juliana Cardoso também se encontra aqui. Duas pessoas maravilhosas com quem eu tenho o prazer em poder conversar. Também não posso me esquecer do Sr. Robson. São pessoas voltadas para essa pauta da população em situação de rua.

Uma coisa que pedimos que não fique na teoria: gostamos muito e iremos lutar para que ele venha a ser aceito sim, porque não é uma luta só minha, mas de todos. Mas eu venho falar pela rua e gostaria que a rua também não olhasse para mim com desprezo, ou falar que eu não represento a rua. Não estou aqui para ser melhor ou pior que ninguém. Gostaria que a rua viesse na união e que não tivéssemos a dor de perder mais alguns irmãos de rua por causa do frio, de fome ou pelo descaso público. Nós temos de nos unir, de dar as mãos e lutar para que os projetos não fiquem só no papel. Temos de falar o que precisamos de melhoria.

Outra coisa que acabamos vendo: Polícia com uma ação truculenta e utilizando o nome do nosso presidente. Após um decreto que ele fez, que pode matar, as pessoas que matam ganham uma patente: se é soldado, vira cabo; se é cabo, vira sargento. E a população de rua continua sendo invisível, e eu pergunto: até quando? Após o massacre da Candelária, após o massacre da Sé e após o massacre que acabamos vendo todos os dias. E essa violência acontece pela invisibilidade dos direitos e pela não prática das políticas.

Era só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Antes de passar a palavra ao próximo, darei uma informação. A Comissão da Criança, Adolescente e Juventude, na próxima quinta-feira, às 11h30min, na sala Sérgio Vieira de Melo, no 1º subsolo, fará uma discussão sobre criança e adolescente em situação de rua.

Tem a palavra o Sr. Giovane Lourenço.

O SR. GIOVANE LOURENÇO – Boa tarde.

A Deputada falou sobre o Bom Prato, né. Já existe um Bom Prato, na Santa Cecília, que atende à noite e nos feriados. Seria bom que tivéssemos mais, né.

Gostaria de perguntar se há a possibilidade de fazer algum projeto de lei voltado aos moradores em situação de rua, às pessoas que estão em situação de vulnerabilidade que estão saindo dessa situação e que precisam de um transporte público. Então, fazer algo voltado para essa área.

Eu estava conversando com o pessoal da Bompar e está tendo uma deficiência no trabalho deles quando um morador de rua precisa passar por uma consulta médica. E, aí, ele precisa tomar um banho, precisa de uma roupa. Então, precisa dar uma olhada nessa área, porque existem poucos lugares em que os moradores em situação de rua podem tomar banho. E alguns desses lugares até já fecharam. Então, tem de olhar para essa área, porque essa área é a da Saúde.

Bom, quanto aos equipamentos, na minha percepção, não mudou nada. No dia em que os equipamentos melhorarem, eu virei aqui e falarei que melhoraram. Mas não melhoraram nada. Eu não sei quem é o responsável pela fiscalização desses equipamentos, porque eu venho aqui falar para vocês e falaria em rede pública e em qualquer lugar que não está sendo feito nada. E, aparentemente, essa pessoa que fiscaliza isso deveria ser a Secretária. E a Secretária nunca vai a nenhuma reunião. Ela nunca está. Ela sempre manda algum representante.

E sobre a Defensoria, eu tenho algo a dizer: a Defensoria deveria unificar o seu

atendimento para os egressos e outros, tudo em um só lugar, para que realmente haja uma prestação de serviço um pouco melhor para a sociedade. Eu acho que tem como unificar esse tipo de trabalho. A Defensoria poderia prestar esse tipo de serviço.

Era isso que eu tinha para dizer. Era isso mesmo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Edson Luis Roque.

O SR. EDSON LUIS ROQUE – Boa tarde a todos.

Meu nome é Edson.

Quero fazer uma pergunta aos senhores da mesa. Todo mundo fala sobre a Assistência Social, o trabalho dela conosco, os moradores de rua. E a Saúde, onde está? Cadê a Saúde? Se a gente vai ao AMA, é uma fila miserável. Se a gente vai à UBS, tem de agendar uma consulta com o médico. Se você está doente, precisando de passar urgente pelo médico, você vai demorar quanto tempo? Quanto tempo vai demorar isso? Eu fico abismado com isso.

Você vai a um pronto-socorro e: “Onde você mora?” “Ah, moro em um albergue” “Como que é? Em um albergue?” É uma discriminação em cima da gente. A gente que está em situação de rua, por incrível que pareça, no Brasil nós somos uma merda, um lixo. As autoridades não dão valor, não nos enxergam.

Obrigado e desculpem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Michel Leonardo.

O SR. MICHEL LEONARDO – Boa tarde a todos.

Eu me chamo Michel Leonardo. Eu fui coordenador do Movimento Nacional da População de Rua por muitos anos. Fiz, um pouco, parte da criação do movimento.

Hoje, estou voltado para a militância. Tive as minhas desavenças com o Anderson Lopes Miranda. Ele sabe disso. Peço até perdão, em público, pelo ocorrido. E fica aqui o meu repúdio pelos companheiros que falaram, aqui, contra a pessoa do Anderson.

Isso, para mim, é ridículo. Temos de nos unir cada vez mais, ter mais união e não pensar no que o companheiro conquistou ou deixou de conquistar. Eu vi toda a luta e todo o

trajeto do Anderson. Ele lutou por nós. Lutamos com ele. Ajudamos a criar o que ele conquistou, o que nós conquistamos. Não foi nada roubado. Não foi nada copiado. Fomos nós, com a nossa luta antiga, de 15 ou 20 anos de repressão social, repressão ao homossexual – porque eu também sou homossexual. Vivo toda essa repressão, mas hoje eu vejo essa picuinha. Isso é uma forma de picuinha.

Isso tem de acabar. Temos de nos unir, sim, em forma de movimento, em forma de união da rua. Sem movimento ou com movimento, temos de nos unir. Hoje, com a ajuda de alguns companheiros, estou criando o fórum Fala Rua – LGBT da Rua, para agregar as pessoas LGBT da rua, que estão crescendo cada vez mais. Estamos sendo oprimidos pelos próprios companheiros da rua.

Era só isso o que eu queria falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora, vamos escutar a Vereadora
Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Vereador Toninho Vespoli e demais Vereadores. Cumprimento as pessoas que estão compondo a Mesa.

Acho que, neste momento político que temos vivido, um momento bastante intenso, da retirada de direitos... Porém, o que eu sempre digo é que vamos passando por fases. Nós estamos no século XXI. De lá para cá, quantas políticas foram implantadas? Mas, será que foi por conta do Governo? Será que foi por conta de terem acordado o Governador, o Prefeito ou as autoridades, dizendo, assim: “Olhem, já vai estar resolvido o problema dos moradores de rua.” Que, aliás é de séculos, não é? Acho que, na história...

Aqui, eu ouvi muito falar da palavra de Deus. Então, se formos olhar a Bíblia, também, ela é muito falada e colocada sobre isso. Quem não tem fé também sabe que a política pública é um bem para todos. Eu sempre falo que ela é muito revolucionária, porque a política pública, desde a Saúde, a Assistência Social e a Cultura, nos traz o entendimento de que temos de ter a política, sem olhar a cor, sem olhar a raça, sem olhar o gênero, sem olhar isso.

Ela tem de ser universal, mas ela não vem somente por conta de uma audiência pública neste salão, neste 8º andar, onde até podemos olhar para as paredes e ver o simbolismo do que tem esta sala, desde quando começou e foi descoberto o Brasil. É muito colocada a questão do capitalismo, do dinheiro. É sempre contra o povo.

Eu me esqueci do nome da senhora. Júlia? Então, emocionou-me a sua emoção, ali, porque a senhora vive diariamente aquele espaço. Vive diariamente uma violência e ela é uma violência muito enraizada, que está muito colocada ali. É o poder. É o dinheiro, contra...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sim. Eu sempre digo que isso não é de agora, infelizmente. Por que é que eu estou falando isso? Porque, neste momento que estamos vivendo, eu tenho visto muitas pessoas adoecerem.

Eu, às vezes, fico aqui pensando, meu Deus, preciso levantar hoje para poder estar batalhando porque não é só por mim, mas por todo legado que já na trajetória da nossa ancestralidade lutou por nós.

Então este momento em que temos um Presidente que odeia o povo pobre e quer fazer uma entrega de verdade do nosso patrimônio público, nosso patrimônio de riquezas, nossas joias como a Amazônia, a água, o petróleo, que estão sendo entregues através de um congresso.

O nosso Presidente Lula está preso hoje e sabemos que não é por causa da relação com corrupção, mas por uma relação de um início que só foi um susto de política pública e passou rapidamente. Mas nesse rapidamente as pessoas começaram a entender que se tivesse mais tempo para a dedicação a uma política voltada para a classe trabalhadora, para a população, para a distribuição de renda, com esse patrimônio que temos de riqueza do Brasil, o povo seria muito mais educado, com Educação de qualidade, Saúde e tecnologia. E começaríamos, quem sabe, a não ficar tanto nas botas dos Estados Unidos.

Estou querendo refletir sobre isso, ouvi todos e agora queria ser respeitada. Cada um aqui tem as suas opiniões. Ainda vivemos num país democrático. Ainda tenho o direito de

falar deste microfone como vocês também, mas é ainda. E se não nos movimentarmos nem esse ainda vamos ter.

Acho que este projeto, Vereador Toninho, Vereadora Soninha, é muito construído naquilo que acreditamos. Uma construção vinculada com quem de verdade passa pelo problema: vocês. Nós aqui somos apoio, independente de partido, no debate político temos diferenças de diálogo, mas uma coisa que nos une em alguns momentos é quando discutimos a relação da população de rua.

O projeto é um instrumento, mas só vai se efetivar se tivermos o diálogo com todas as outras secretarias. E só se efetiva se também buscarmos o orçamento que é uma ponta, mas para executar vai ter de ser muito mais ampla a mobilização de todos nós. Já estou aqui há um tempo e vejo que vocês sempre se movimentam para buscar o orçamento, para poder ter conselhos que desenvolvam, trabalhem para garantir os direitos. Mas hoje ainda não são suficientes.

Então cada um está militando em um pedacinho e é esse pedaço que vai nos unir para podermos avançar e retomar aquilo que entendemos. Falo nós porque concordo com tudo o que está escrito nesse projeto que foi construído por vocês e a nossa assessoria tem estado muito próxima também, mas é uma ponta.

Acredito que vamos ter muito trabalho ainda, Vereadora Soninha, principalmente para podermos dialogar com a Secretaria de Assistência Social hoje, sei que aqui há representantes, mas estou enxergando tanto a Secretaria de Assistência, como a Secretaria de Direitos Humanos, como sendo desestruturadas. E não pelos servidores, mas pela política mesmo, porque os servidores se machucam muito também quando têm que ir para o campo e não conseguem trazer uma resolução para os problemas de cada um.

Estou muito junto nessa caminhada com vocês, o que pudermos fazer enquanto Bancada do PT, porque também trabalhamos e fizemos muita coisa nas gestões que a gente passou, mas ela ainda não foi o suficiente para emplacar e implantar a política pública que é vinculada para a população de rua. Ela é diversa, é da saúde, da educação, da cultura, do

esporte, do lazer e da moradia e é aquela também que nenhum morador de rua tenha que ser obrigado a fazer as regras que a sociedade impõe. Isso a gente também tem que respeitar.

Então, parabéns, mais uma vez, a esse evento, a essa conversa e a esse diálogo; e a gente caminha aqui para até semestre, que é o nosso prazo também. A gente também tem que dialogar e acho que os senhores sabem sobre os prazos, porque, no ano que vem, já é ano eleitoral. Então, muitas coisas na Casa não começam a andar, desde este semestre. Aí já vai haver os partidos e os candidatos a Prefeito. Então, acho que a gente teria tempo, neste semestre, para poder pensar um pouco melhor de como a gente consegue emplacar e, de fato, iniciar, colocando um projeto que vai ser sancionado pelo Sr. Prefeito.

Muito obrigada, nobre Vereadora Soninha Francine, nobre Vereador Toninho Vespoli e demais companheiros que estão aqui na mesa e no plenário. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Então, como já foi falado aqui, a gente já sabe que não é um projeto de lei que vai resolver todos os problemas da população em situação de rua e nenhum outro segmento do nosso País, mas, como a Vereador Juliana Cardoso já falou, o retrocesso que nós estamos vivendo, de não se escutar mais a sociedade civil, de se limitar conselhos ou tentar extinguir conselhos, fazendo com que as coisas venham de cima para baixo, sem que as pessoas ou a sociedade quase possam se manifestar e falar, até um projeto como esse, por exemplo, que implementa aqui, no município, o comitê intersetorial, onde vai estar gente do Governo, gente eleito pelos senhores, e que vão discutir o plano municipal das pessoas em situação de rua, políticas públicas, implementar e também estar vendo o andamento dessas políticas públicas, podendo fazer avaliação, eu sei que isso não vai resolver todos os problemas, mas já é um avanço muito grande.

Eu sou aqui oposição ao Governo, mas com o Governo sentado aqui e também falando que está disposto a dialogar e que está fazendo de tudo para avançar na política pública.

Isso não é mérito aqui das pessoas que estão desse lado da mesa, é mérito de quem está do outro lado da mesa, porque isso aqui foi construído com o debate, pelos

senhores. Por isso, acho que há mais valor ainda esse avanço, porque não foi construído nos gabinetes, foi construído pelos senhores e até acho para o Governo. Na hora em que é construído com o povo, independente do governo que for, este ou outro, isso tem muito mais peso. Por isso que a implementação tende a acontecer, porque há um lastro social que está pressionando para que isso aconteça. Acho que isso é a coisa mais importante.

Queria parabéns todos os senhores, porque o projeto está muito bom. É claro que sempre pode ser sempre melhorado. Eu acho que hoje trouxeram elementos aqui importantes. A nobre Vereadora Soninha Francine estava falando: “Olha, Toninho, a gente não escutava algumas questões, que foram levadas de forma relevante, como em outras audiências públicas”. Então, acho que os senhores estão trazendo mais elementos ainda para acrescentar e fazer o projeto ficar melhor.

Então, os senhores merecem parabéns. Agradeço a todos da mesa.

Em não havendo mais a ser tratado, eu encerro esta audiência pública.

Um abraço a todos. (Palmas)